



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 035/036

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 15 DE ABRIL DE 2009

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Valdir Rossoni*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Democratas *Plauto Miró*
PT *Elton Welter*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
PTB *Fábio Camargo*
Bloco PPS/PMN *Dr. Batista*
Bloco PSB/PR/PRB/PV *Reni Pereira*

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

S U M Á R I O S

DIÁRIO Nº 035

32ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva..... 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 04

Expediente:

Ofício 04

Mensagem 04

Indicações 17

Requerimentos 19

Projetos de Lei 23

Pequeno Expediente:

Dep. Pastor Edson Praczyk 24

Dep. Antonio Belinati 26

Dep. Péricles de Mello 28

Dep. Tadeu Veneri 31

Dep. Douglas Fabrício 32

Grande Expediente:

Dep. Tadeu Veneri 31

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk 25

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 27

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello 29

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 33

Liderança da Oposição

Dep. Plauto Miró 34

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 35

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação em) 36

Redação Final 37

2ª Discussão 38

Requerimentos 38

Encerramento da Sessão 38

Transcrição 39

DIÁRIO Nº 036

33ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....40

Presenças.....40

Abertura da Sessão40

Expediente:

Indicação41

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente41

Discussão/Votação

Redação Final41

3ª Discussão41

1ª Discussão42

Encerramento da Sessão43

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 035

32ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....03

Presenças.....03

Abertura da Sessão04

Expediente:

Ofícios04

Mensagem04

Indicações17

Requerimentos19

Projetos de Lei.....23

Pequeno Expediente:

Dep. Pastor Edson Praczyk24

Dep. Antonio Belinati.....26

Dep. Péricles de Mello28

Dep. Tadeu Veneri31

Dep. Douglas Fabrício.....32

Grande Expediente:

Dep. Tadeu Veneri..... 31

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk 25

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 27

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello 29

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício..... 33

Liderança da Oposição

Dep. Plauto Miró 34

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 35

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação em) 36

Redação Final..... 37

2ª Discussão 38

Requerimentos..... 38

Encerramento da Sessão 38

Transcrição..... 39

DIÁRIO Nº 035

32ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 32ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2009

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Antonio Anibelli, secretariado pelos Srs. Deputados Jonas Guimarães e Luiz Nishimori.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Cleiton Kielese, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (40).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Ademir Bier, Caíto Quintana, Carlos Simões, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Elio Rusch, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes e Stephanes Júnior (10).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Nelson Justus, Luiz Fernandes Litro, Ney Leprevost e Osmar Bertoldi (04)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofício

OFÍCIO

Sob o nº 341/GS do Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Marcelo Rangel, que solicita xerocópia dos contratos e concessionárias das rodovias do Estado do Paraná, bem como xerocópia dos programas de exploração dos lotes das rodovias do Estado com o devido cronograma de obras". **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Mensagem

MENSAGEM Nº 016/09

Curitiba, em 14/04/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de submeter à consideração dessa Assembleia Legislativa, texto do anteprojeto de lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2010, que estima as Receitas de Recolhimento Centralizado e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, no valor aproximado de R\$ 22.624.268.000,00 (vinte e dois bilhões, seiscentos e vinte e quatro milhões, duzentos e sessenta e oito mil reais).

O anteprojeto de lei compõe-se de 11 capítulos, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Pública Estadual;

II - a projeção e apresentação da receita para o exercício;

III - os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;

IV - a estrutura e organização dos orçamentos;

V - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;

VI - os ajustamentos do Plano Plurianual;

VII - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

VIII - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;

IX - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;

X - disposições transitórias;

XI - demais disposições.

O anteprojeto da LDO apresenta o anexo de metas fiscais, no qual são estabelecidas metas anuais, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), para receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2010, 2011 e 2012. O anexo de Metas Fiscais apresenta ainda uma avaliação do cumprimento das metas relativas ao exercício de 2008 e o demonstrativo das metas anuais de 2009.

O anteprojeto da LDO apresenta ainda o anexo de Riscos Fiscais, que traduz a possibilidade de riscos fiscais decorrentes das incertezas geradas pela crise econômica mundial e por aumento de vinculações. É importante destacar o crescente aumento de vinculação que o Estado vem suportando nos últimos anos e para demonstrar esta carga de vinculações apresento o aumento ocorrido nas principais receitas do Estado:

ESPECIF. DA RECEITA	% VINCULADO EM 1999	% VINCULADO EM 2009
ICMS	65,84%	81,64%
IPVA	71,00%	87,76%
IRRF	42,00%	61,90%
ITCMD	42,00%	75,52
FPE	40,00%	59,60%
IPI	55,00%	69,70%
L.C.87/96	40,00%	59,60%

O Poder Executivo ficará à disposição, através das Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e da Fazenda, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Exa. as expressões de minha consideração e apreço.

(a) ORLANDO PESSUTI

Governador do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 3º, da Constituição do Estado do Paraná e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/00, as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2010, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Pública Estadual;

II - a projeção e a apresentação da receita para o exercício;

III - os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;

IV - a estrutura e organização dos orçamentos;

V - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;

VI - os ajustamentos do Plano Plurianual;

VII - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

VIII - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;

IX - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;

X - disposições transitórias;

XI - demais disposições.

Capítulo I

Das Prioridades da Administração Pública Estadual

Art. 2º As metas e prioridades da Administração Pública Estadual, para o exercício de 2010 estarão desdobradas em ações inseridas nas três linhas de ação e respectivos programas, a seguir discriminados:

Linha de Ação: Promoção da Cidadania, Inclusão Social e Justiça - articular programas que busquem garantir a plena cidadania, no âmbito da promoção e defesa dos direitos elementares à vida, as condições dignas de sobrevivência e o combate aos desequilíbrios sociais.

Programa Cultura Paranaense;

Programa Educação de Qualidade;

Programa Habitação Popular;

Programa Leite das Crianças;

Programa Trabalho, Emprego e Assistência Social;

Programa Promoção da Justiça e Cidadania;

Programa Saúde e Saneamento;

Programa Segurança Integrada;

Programa Proteção à Criança e a Juventude;

Linha de Ação: Desenvolvimento Econômico Sustentável e Descentralizado - articular programas que visem reduzir as desigualdades das economias regionais do Paraná, integrando econômica e socialmente os diversos espaços do Estado.

Programa Aceleração do Crescimento e Desenvolvimento do Paraná;

Programa Desenvolvimento da Produção;

Programa Desenvolvimento na Área Energética;

Programa Desenvolvimento Regional e Metropolitano;

Programa Diversificação da Agropecuária e Fortalecimento da e Fortalecimento do Agronegócio Familiar;

Programa Ensino Superior e Desenvolvimento Científico-Tecnológico;

Programa Preservação Ambiental e Gestão de Recursos Hídricos;

Programa Transporte Integrado e Logística;

Programa Turismo, Esporte e Lazer;

Linha de Ação: Gestão Pública Transparente e Integrada - tornar a gestão no Estado mais transparente quanto ao uso dos recursos públicos e mais integrada no sentido de garantir mais eficiência na execução das políticas públicas.

Programa Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público;

Programa Ação Judiciária;

Programa Ação Legislativa;

Programa Controle Externo ao Estado;

Programa Gestão do Estado;

Programa Valorização e Capacitação do Servidor Público.

Art. 3º No projeto de Lei Orçamentária Anual, a destinação dos recursos relativos a programas sociais, definidos no Plano Plurianual, conferirá prioridade às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.

Capítulo II

Da Projeção e da Apresentação da Receita para o Exercício

Art. 4º A Receita de Recolhimento Centralizado para o exercício de 2010 será apresentada no seu demonstrativo, com a previsão de 100% do ingresso, e com um grupo de receita dedutível, que apresenta a contribuição do Estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, resultando numa Receita Total Líquida do Estado para a fixação de despesas orçamentárias, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria nº 328, de 27/08/01 da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda.

Art. 5º As Receitas de Recolhimento Centralizado do Tesouro Estadual e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta do exercício de 2010, estão estimadas no valor aproximado de R\$ 22.624.268.000,00 (vinte e dois bilhões, seiscentos e vinte e quatro milhões, duzentos e sessenta e oito mil reais).

Art. 6º As receitas previstas no artigo anterior e consequentemente as despesas fixadas com o respectivo valor, poderão ser atualizadas antes do início da execução orçamentária, desde que sejam verificadas alterações nos índices de atualização de preços, a partir de julho de 2009, que justifiquem uma reavaliação da previsão da receita, mediante critérios estabelecidos no próprio projeto de lei orçamentária.

Capítulo III

Dos Critérios para a Distribuição dos Recursos Orçamentários

Art. 7º A elaboração das propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público obedecerá aos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual disponível para a fixação da despesa, depois de excluídas as parcelas de transferências constitucionais aos Municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas:

I - Poder Legislativo: 5,0%;

II - Poder Judiciário: 9,0%;

III - Ministério Público: 3,9%.

Parágrafo Único. Fica a cargo do Poder Legislativo definir do limite de 5% destinado ao Poder, o percentual correspondente à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas.

Art. 8º O projeto de lei orçamentária para o exercício de 2010 alocará do Tesouro Geral do Estado, para atender as programações dos órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos destinados:

I - à transferência das parcelas da receita de recolhimento centralizado, pertencentes aos Municípios;

II - aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público de acordo com os limites percentuais definidos nos incisos do artigo 7º desta lei;

III - ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

IV - ao pagamento do serviço da dívida;

V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o artigo 205 da Constituição Estadual, da Lei nº 12020, 09/01/98, que institui o Fundo Paraná, do Decreto Estadual nº 1952, de 24/10/03 e demais normas legais;

VI - a manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondente a no mínimo 30% (trinta por cento), da receita líquida de impostos, compreendida a proveniente de transferências de impostos, de acordo com o artigo 185 da Constituição Estadual;

VII - ao pagamento de ações e serviços de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional nº 029/00, correspondendo para 2010 a 12% da receita líquida de imposto, compreendido a proveniente de transferências de impostos;

VIII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamento nacionais e internacionais;

IX - aos convênios e respectivas contrapartidas, firmados com Entidades Nacionais e Internacionais;

X - às contribuições do Estado ao sistema de Seguridade Funcional, compreendendo os programas de Previdência e de Serviços Médico-Hospitalares, conforme legislação em vigor;

XI - ao pagamento de sentenças judiciais;

XII - à reserva de contingência, de acordo com o especificado no artigo 33 desta lei.

§ 1º As despesas com ações e serviços públicos de saúde a que se refere o inciso VII do *caput* deste artigo, que representam os 12% da Receita Líquida de Impostos do Tesouro Geral do Estado, são aquelas relativas à prevenção, promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde, incluindo:

a) vigilância epidemiológica e controle de doenças;

b) vigilância sanitária;

c) vigilância nutricional, orientação alimentar e controle de deficiências nutricionais;

d) saúde do trabalho;

e) assistência à saúde em todos os níveis de complexidade;

f) assistência farmacêutica;

g) educação para a saúde;

h) treinamento de recursos humanos para área de saúde;

i) pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico na área de Saúde;

j) produção, aquisição e distribuição de insumos específicos da área de Saúde, tais como medicamentos, imunobiológicos, sangue e hemoderivados, equipamentos, etc;

k) saneamento básico associado ao vetor saúde excetuando-se os decorrentes de tarifas;

l) serviços de saúde penitenciários;

m) atenção especial aos portadores de deficiência;

n) ações administrativas realizadas pelos órgãos de saúde indispensáveis para a execução das ações indicadas nos itens anteriores.

§ 2º Os recursos a que se refere o inciso VII deste artigo serão alocados no FUNSAUDE.

Art. 9º Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos a cada órgão/unidade, por ocasião da elaboração da proposta orçamentária, tendo em vista a possibilidade de ocorrerem modificações na estrutura administrativa do Poder Executivo, após o encaminhamento do projeto da LDO/2010 à Assembleia Legislativa.

Capítulo IV

Da Estrutura e da Organização dos Orçamentos

Art. 10. Os Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista Dependentes, discriminarão o programa de trabalho por:

- I - Unidade Orçamentária;
- II - Função;
- III - Subfunção;
- IV - Programa;
- V - Projeto, atividades ou operação especial;
- VI - Categoria Econômica da Despesa;
- VII - Grupo de Despesa;
- VIII - Modalidade de Aplicação; e
- IX - Grupos de Fontes.

§ 1º Os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade e operação especial são aqueles dispostos na Portaria nº 042 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 14/04/99.

§ 2º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 3º Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhado por Grupo de Natureza de Despesa, Grupo de Fonte e Modalidade de Aplicação.

§ 4º Cada projeto, atividade ou operação especial estará vinculado a uma função e a uma subfunção.

§ 5º Os grupos de natureza de despesa a que se refere o inciso VII deste artigo constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao seu objeto de gasto, conforme especificação a seguir:

Despesas Correntes

Grupo 1 - Pessoal e Encargos Sociais

Grupo 2 - Juros e Encargos da Dívida

Grupo 3 - Outras Despesas Correntes

Despesas de Capital

Grupo 4 - Investimentos

Grupo 5 - Inversões Financeiras

Grupo 6 - Amortização da Dívida

§ 6º A Modalidade de Aplicação a que se refere o inciso VIII deste artigo destina-se a indicar a forma como os recursos serão aplicados pelas unidades orçamentárias, e observará o seguinte detalhamento:

I - 20 - Transferências à União;

II - 30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal;

III - 40 Transferências a Municípios;

IV - 50 Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos;

V - 60 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos;

VI - 70 - Transferências a Instituições Multigovernamentais;

VII - 80 - Transferências do Exterior;

VIII - 90 - Aplicações Diretas;

IX - 99 - A ser definida.

§ 7º Os grupos de Fontes de Recursos a que se refere o inciso IX deste artigo constituem a agregação de fontes conforme discriminação a seguir:

Grupo 01 - Recursos Próprios do Tesouro - compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 100 - Ordinário não vinculado;

Fonte 102 - Receita Condicionada da Contribuição do Servidor Público;

Fonte 103 - Receita Condicionada da LC nº 087/96;

Fonte 104 - Cota-parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE;

Fonte 105 - Resultado da exploração de recursos hídricos, petróleo, gás natural e outros;

Fonte 106 - Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná - FEPGE/PR;

Fonte 108 - Receita de Alienação de Outros Bens Móveis e Imóveis;

Fonte 109 - Recursos Provenientes de Percentual sobre a Venda de Bilhetes de Passagens Intermunicipais para ações voltadas à criança e ao adolescente;

Fonte 111 - Indenização pelo excedente da amortização de bens reversíveis em encampação de rodovias;

Fonte 112 - Retornos dos Programas PROSAM/PEDU/PRANASAN;

Fonte 115 - Receita Excedente dos Colégios Agrícolas;

Fonte 117 - Transferências da União - SUS;

Fonte 123 - Renda do Fundo Penitenciário;

Fonte 124 - Multas e Taxas de Saúde Pública - FUNSAUDE;

Fonte 125 - Venda de Ações e/ou Devolução de Créditos ou de Capital Subscrito ou não;

Fonte 126 - Contribuições Compulsórias para a Previdência Social;

Fonte 127 - Multas e Taxas de Defesa Sanitária - FEAP;

Fonte 128 - Fundo de Reequipamento do Fisco - FUNREFISCO;

Fonte 129 - Taxas de Polícia - FUNRESPOL;

Fonte 131 - Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social - Lei nº 11091/95;

Fonte 132 - Pesquisa Científica e Tecnológica;

Fonte 138 - Taxa Ambiental;

Fonte 139 - Fundo de Modernização da Polícia Militar - FUMPM;

Fonte 141 - Retorno de Programas Especiais - FDU;

Fonte 146 - Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná - FUNCMB;

Fonte 147 - Receitas de Outras Fontes Recolhidas ao Tesouro Geral do Estado por Determinação Legal.

Grupo 09 - Convênios do Tesouro - compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 107 - Convênios com Órgãos Federais;

Fonte 133 - Transferências e Convênios com o Exterior;

Fonte 148 - Outros Convênios.

Grupo 15 - Operações de Crédito do Tesouro - compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 120 - Operações de Créditos Internas;

Fonte 130 - Operações de Crédito Externa - Paraná 12 meses/BIRD;

Fonte 136 - Operações de Crédito Externa - PROEM/BID;

Fonte 137 - Operações de Crédito Externa - Paraná Urbano II/BID;

Fonte 140 - Operação de Crédito Externa - Saneamento Ambiental - PARANASAN/JBIC;

Fonte 142 - Operação de Crédito Externa - PR 12 meses - Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável - PRODESUS/BIRD;

Fonte 143 - Outras Operações de Crédito Externas.

Grupo 16 - Salário Educação - compreendendo a seguinte fonte:

Fonte 116 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Grupo 45 - FUNDEB - compreendendo a seguinte fonte:

Fonte 145 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

Grupo 95 - Recursos de Outras Fontes - compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 250 - Diretamente arrecadados;

Fonte 251 - Operação de crédito interna;

Fonte 252 - Operação de crédito externa;

Fonte 254 - Multas por Infração ao Código de Trânsito Brasileiro FUNRESTRAN;

Fonte 256 - Reposição Florestal - SERFLOR;

Fonte 257 - Receitas de Outras Fontes Recolhidas às Entidades da Administração Indireta por Determinação Legal;

Fonte 258 - Diretamente Arrecadados com Utilização Vinculada;

Fonte 270 - Aumento de Capital Social;

Fonte 281 - Transferências e Convênios com Órgãos Federais;

Fonte 283 - Transferências e Convênios com o Exterior;

Fonte 284 - Outros Convênios/ Outras Transferências.

Art. 11. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes terá o seu programa de trabalho e a discriminação da despesa destacados por projeto/atividade segundo a mesma classificação funcional programática adotada nos demais orçamentos e será apresentado no Anexo IV do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Estado, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal, ocorridas após o encaminhamento do projeto da LDO/2010 à Assembleia Legislativa.

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos, a criação de novas fontes, tendo em vista alterações de legislação ocorridas após o encaminhamento do projeto da LDO/2010 à Assembleia Legislativa.

Art. 14. O Programa de Obras será apresentado, no Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária Anual, por Unidade Orçamentária, por Projeto ou Atividade, de forma detalhada e individualizada com seus respectivos custos, em cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 7º da Constituição do Estado do Paraná.

§ 1º As obras iniciadas no exercício anterior terão prioridade na aplicação dos recursos, devendo ser identificadas no Anexo V, pelo Indicativo (A) em andamento.

§ 2º Novos projetos de investimentos em obras da Administração Pública somente poderão ser incluídos se forem compatíveis com o PPS 2008-2011 e tiverem viabilidade técnica, econômica e financeira comprovada.

Art. 15. O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembleia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no artigo 22, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado, conterá:

I - exposição justificada contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado e outras informações consideradas relevantes à análise da Proposta Orçamentária;

II - texto da lei;

III - Anexo I contendo a legislação da Receita de Recolhimento Centralizado e Descentralizado e quadros-resumo das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes;

IV - Anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;

V - Anexo III contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;

VI - Anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, inciso III da Constituição Estadual;

VII - Anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme o disposto no artigo 133, parágrafo 7º da Constituição do Estado do Paraná; e

VIII - Anexo VI contendo o demonstrativo das Vinculações Constitucionais e Legais, no que se refere a:

a) Poder Legislativo;

b) Poder Judiciário;

c) Ministério Público;

- d) Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Público;
- e) Ações e Serviços Públicos de Saúde;
- f) Ciência e Tecnologia.

Capítulo V

Das Diretrizes Gerais para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Estado

Art. 16. A elaboração do projeto de lei, a sua aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2010 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

Parágrafo Único. O Poder Executivo deverá estabelecer uma programação orçamentário-financeira, visando o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

Art. 17. Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior a realização das receitas, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder e do Ministério Público.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§ 3º No caso dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros a serem repassados, segundo a realização efetiva das receitas no bimestre.

Art. 18. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 18/09/09, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

Parágrafo Único. No caso dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não apresentarem suas propostas orçamentárias até o prazo estabelecido no *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a lançar os valores dentro dos limites fixados, utilizando como base a Lei Orçamentária do exercício anterior.

Art. 19. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites estabelecidos nesta lei, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

Art. 20. A parcela das transferências constitucionais aos Municípios, incorporadas na Receita Centralizada do Tesouro Estadual, será programada na despesa da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA.

Art. 21. Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;

III - incluídas despesas a título de Investimento em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, formalmente reconhecidos, na forma do artigo 167, parágrafo 3º da Constituição Federal e do artigo 135, parágrafo 2º da Constituição Estadual;

IV - classificadas como atividades, dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como, classificadas como projetos, ações de duração continuada;

V - incluídas em projetos ou atividades, despesas caracterizadas como operações especiais;

VI - fixadas despesas com valores simbólicos;

VII - incluídas despesas decorrentes de “transferências de recursos financeiros de entidades pertencentes à administração pública estadual”, ou seja, de transferências dentro da mesma esfera de governo (vedada duplicidade de receita).

Art. 22. As receitas dos órgãos e Entidades controlados direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo Único. Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes.

Art. 23. As unidades da administração indireta deverão programar em seus orçamentos recursos para pagamento de PASEP com recursos próprios, no mínimo no valor correspondente a 1% do valor da sua receita própria, ou seja da sua receita diretamente arrecadada.

Art. 24. Os recursos do Tesouro Geral do Estado destinados às Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes não comporão o Demonstrativo de Receitas Próprias destas Entidades. Para evitar duplicidade, esses recursos serão apenas demonstrados na sua totalidade, como repasses de recursos do tesouro estadual, de forma a facilitar o entendimento da apresentação do programa de trabalho com seus custos.

Art. 25. O Orçamento Fiscal conterá projetos/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, que receberão recursos do Estado para compor o seu Orçamento de Investimento.

Art. 26. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes conterá as receitas oriundas do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta Investimento.

Art. 27. A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2008 a 2011.

Art. 28. As despesas destinadas ao pagamento de sentenças judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais especificadas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos e na Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA.

§ 1º Os recursos alocados na Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA, estarão distribuídos em duas operações especiais a saber: Gerenciamento de Precatórios - Poder Judiciário Estadual e Gerenciamento de Precatórios - Poder Judiciário Federal.

§ 2º Os Órgãos e as Unidades encaminharão ao Executivo (Comissão de Análise e Controle de Pagamentos Judiciais), até o dia 24/07/09, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 01/07/09, para serem incluídos no orçamento de 2010, especificando:

- I - Número da ação originária;
- II - Número do precatório;
- III - Tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- IV - Enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- V - Data da inscrição do precatório no órgão/unidade;
- VI - Valor do precatório a ser pago (com atualização até 01/07/09, conforme artigo 98, parágrafo 5º da Constituição do Estado do Paraná);
- VII - Cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Art. 29. Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão/Unidade celebrante do contrato.

§ 1º A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação todos os recursos de transferências intergovernamentais, inclusive os oriundos de convênios.

§ 2º A execução orçamentária de despesas provenientes de acordos, convênios ou atos similares intragovernamentais, serão realizadas no Poder Executivo, excluídas as entidades estaduais prestadoras finais de serviços, por meio de Movimentação de Crédito, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04/05/00, na Portaria Interministerial nº 163, 04/05/01 e na Portaria nº 339 STN, de 29/08/01 e Decreto Estadual nº 5975, de 22/07/02, e demais normas em vigor, ficando facultada aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público a sua utilização.

Art. 30. O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de desembolso, por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação da Lei Orçamentária Anual.

Art. 31. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, ficando vedada a aplicação do artigo 78, parágrafo 2º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 30, em relação às Receitas Tributárias, por força da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

Art. 32. O Poder Executivo poderá utilizar os recursos de Superávit Financeiro apurados nos balanços das Unidades da Administração Indireta do Poder Executivo para atender programas prioritários de Governo.

Art. 33. A Lei Orçamentária Anual poderá conter reserva de contingência com montante definido com base na receita corrente líquida, para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 34. O Projeto de Lei Orçamentária Anual conterá autorização para abertura de créditos adicionais com limites percentuais fixados sobre o valor global da receita fixada para o exercício, nas formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320/64.

Art. 35. O Poder Executivo poderá alocar recursos orçamentários decorrentes de contenção de despesa por retração da receita centralizada do Estado, na reserva de contingência, sem que estas alterações orçamentárias incidam nos limites percentuais autorizados pelo Legislativo.

Capítulo VI

Dos Ajustamentos do Plano Plurianual

Art. 36. Os ajustes nas ações dos Programas do Plano Plurianual, bem como as alterações em suas metas físicas e financeiras e nas suas regionalizações serão incluídas na Proposta Orçamentária de 2010.

Capítulo VII

Das Disposições sobre as Alterações na Legislação Tributária

Art. 37. Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31/08/09, em especial:

- I - as modificações na Legislação Tributária, decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;
- II - a concessão e redução de isenções fiscais;
- III - a revisão de alíquotas dos tributos de competências; e
- IV - aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

§ 1º Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

§ 2º Do cálculo da Receita Corrente Líquida serão excluídos os valores referentes a deferimento ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o artigo 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101, 04/05/00.

Capítulo VIII

Das Disposições Relativas às Despesas do Estado com Pessoal e Encargos Sociais e outras Despesas Correntes, com Base na Receita Corrente Líquida

Art. 38. No exercício financeiro de 2010 as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º Os órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º A repartição dos limites globais, de acordo com o artigo 20, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00, não poderá exceder os seguintes percentuais:

- a) 3% (três por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas;
- b) 6% (seis por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Judiciário;
- c) 49% (quarenta e nove por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Executivo;
- d) 2% (dois por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Ministério Público Estadual.

§ 3º As contratações de pessoal e movimentações de quadros que impliquem em alterações salariais ou incremento de despesas de que trata o artigo 169, parágrafo 1º da Constituição Federal, somente poderão ocorrer se houver recursos orçamentários suficientes e se forem atendidos os requisitos e os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/00.

Art. 39. O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo será estabelecido dentro de um limite de gastos considerado necessário para manter o ajuste fiscal do Estado.

Capítulo IX

Das Disposições Relativas à Destinação de Recursos Provenientes de Operações de Crédito

Art. 40. O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento.

Parágrafo Único. As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 41. As coordenações dos Programas Financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2010, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida que o Estado pode oferecer.

Art. 42. A Agência de Fomento do Paraná S/A., que tem por objetivo proporcionar suprimento dos recursos financeiros de curto e médio prazos, pertinentes aos programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, observará as seguintes prioridades:

- I - impulsionar a política de emprego e geração de renda no território paranaense, com a concessão de micro-crédito ao empreendedor agrícola, industrial e comercial;
- II - ampliar oportunidades às pessoas que não têm acesso as formas tradicionais de financiamento, até mesmo para aquelas que trabalhem na informalidade;
- III - fomentar investimentos em atividades no setor de turismo;
- IV - prestar assistência financeira aos planos e ações de promoção ao desenvolvimento urbano, regional e municipal;
- V - promover a recuperação dos ativos sob sua custódia;
- VI - fomentar e apoiar projetos destinados a implantação e desenvolvimento de iniciativas econômicas de natureza solidária, cooperativa e participativa, nas áreas de produção, distribuição e consumo;
- VII - fomento à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica, a melhoria da competitividade de economia, a estruturação de unidades e sistemas produtivos orientados para o fortalecimento do MERCOSUL e a geração de empregos.

Capítulo X

Disposições Transitórias

Art. 43. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2010, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

Capítulo XI

Demais Disposições

Art. 44. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas em conformidade com o disposto no artigo 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

§ 1º Não poderão ser cancelados recursos correspondentes a pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, transferências constitucionais aos Municípios, precatórios, obrigações tributárias e contributivas, fontes vinculadas, contrapartidas de programas financiados e manutenção mínima dos órgãos e unidades da administração pública, para se constituírem em recursos de emendas à despesa.

§ 2º Não poderão ser canceladas dotações com recursos diretamente arrecadados, exceto quando se tratar de remanejamento de recursos dentro da unidade arrecadora.

§ 3º Cada emenda à despesa deverá apresentar a indicação do montante de recursos e a indicação da consequente programação cancelada.

Art. 45. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual observarão os limites de recursos de cada Poder e do Ministério Público, respeitando que os cancelamentos para garantir emendas de um Poder sejam feitos em programações do próprio Poder.

Art. 46. Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autógrafo da Lei Orçamentária Anual, até 31/12/09, fica o Poder Executivo autorizado a executar a programação dele constante para o atendimento das seguintes despesas:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - transferências constitucionais e legais aos Municípios, por repartição de receitas;
- III - serviços da dívida;
- IV - PASEP;
- V - demais despesas, à razão de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

Art. 47. O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembleia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD),

por projetos, atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos, se for o caso, na forma do disposto no artigo 6º desta lei.

Art. 48. Integram a presente lei, de acordo com o disposto no artigo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00, os anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

Art. 49. Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

Art. 50. Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

Art. 51. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Anexo I - Metas Fiscais

1. Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior

A execução orçamentária do exercício de 2008, obedeceu os critérios para liberação dos recursos, estabelecidos no Decreto nº 2145, de 14/02/08. No referido exercício deu-se início ao processo de Programação Orçamentária, via Sistema e-COP, onde as unidades da administração direta, indireta, empresas dependentes e fundos, alimentaram seus pleitos trimestrais, dentro de tetos estabelecidos de acordo com as projeções da receita e as prioridades de governo. As liberações financeiras foram realizadas segundo as disponibilidades do Tesouro Geral do Estado, em decorrência do efetivo ingresso das receitas.

No exercício financeiro de 2008 as Receitas não Financeiras, ou seja, as receitas totais, excluídas as operações de crédito, as amortizações de empréstimo, as receitas de alienação de ativos e as receitas provenientes de remuneração de depósitos bancários, tiveram um acréscimo de 12,94% em relação aos valores previstos na LDO/2008.

As Despesas não Financeiras, ou seja, as despesas totais do exercício, excluídas aquelas referentes a juros e amortização da dívida, tiveram um acréscimo de 10,21%.

Em decorrência das variações ocorridas entre o valor previsto na LDO e o resultado realizado nas Receitas não Financeiras e Despesas não Financeiras, a meta do Resultado Primário realizado no exercício, ficou acrescido em 69,85% (ver Tabela 1).

Tabela 1 - Metas Fiscais Relativas a 2008 - Resultado Primário

Discriminação	Previsto na LDO (em R\$ 1000)	Realizado (em R\$ 1000)	Variação %
I Receitas não Financeiras	16.230.470	18.330.426	12,94%
II Despesas não Financeiras	15.488.473	17.070.167	10,21%
III Resultado Primário (I-II)	741.997	1.260.259	69,85%
Fonte: SEFA/SPL			

As Tabelas 2 e 3 a seguir resumem o desempenho das metas fiscais realizadas em 2006 a 2008 e reprogramadas para 2009.

Tabela 2 - Metas Fiscais 2006-09 - Preços Correntes - em R\$ 1000

Discriminação	2006	2007	2008	(1) 2009
I. Resultado Primário Indicado na LDO	587.381	667.359	741.997	777.133
II. Resultado Primário Obtido	417.351	917.553	1.260.259	932.365
III. Resultado Obtido - Indicado (II - I)	-170.030	250.194	518.262	155.232
IV. Resultado Nominal Indicado na LDO	362.388	144.751	-765.957	-721.969
V. Resultado Nominal Obtido (2)	-2.323.121	-268.661	1.928.594	803.556
VI. Resultado Obtido - Indicado (V - IV)	-1.960.733	-123.910	1.162.637	81.969
Fonte: SEFA/SPL (1) Reprogramado (2) O Resultado Nominal obtido foi calculado com base na metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal, diferentemente do cálculo das LDOs anteriores, onde o resultado nominal era obtido pela diferença entre o Saldo Devedor da Dívida de um exercício e o Saldo Devedor do exercício anterior. Além disso o pagamento da dívida do BANESTADO era apropriado somente no exercício da LDO.				

Tabela 3 - Metas Fiscais 2006-09 - Preços Constantes de 2009 - em R\$ 1000

Discriminação	2006	2007	2008	(1) 2009
I. Resultado Primário Indicado na LDO	670.182	738.253	785.775	777.133
II. Resultado Primário Obtido	476.184	1.015.026	1.334.615	932.365
III. Resultado Obtido - Indicado (II - I)	-193.999	276.772	548.840	155.232
IV. Resultado Nominal Indicado na LDO	413.473	160.128	811.148	-721.969
V. Resultado Nominal Obtido (2)	-2.650.605	-297.201	2.042.381	803.556
VI. Resultado Obtido - Indicado (V - IV)	-2.237.132	-137.073	1.231.233	81.587
Fonte: SEFA/SPL (1) Reprogramado (2) O Resultado Nominal obtido foi calculado com base na metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal, diferentemente do cálculo das LDOs anteriores, onde o resultado nominal era obtido pela diferença entre o Saldo Devedor da Dívida de um exercício e o Saldo Devedor do exercício anterior. Além disso o pagamento da dívida do BANESTADO era apropriado somente no exercício da LDO.				

principais indicadores econômicos utilizados na demonstração das metas Fiscais para o período de 2006 a 2012.

principais indicadores econômicos utilizados na demonstração das metas Fiscais para o período de 2006 a 2012.

Indicador	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
PIB do Brasil (variação %)	3,80	5,70	5,10	0,00	3,50	4,00	4,30
PIB do Paraná (variação %)	1,40	6,00	5,80	1,00	4,00	4,00	4,00
Inflação, IPCA (variação %)	3,14	4,46	5,90	4,57	4,50	4,50	4,50
Taxa de Câmbio, previsão BC (R\$/US\$)	2,15	1,77	2,35	2,30	2,28	2,29	2,30

As Tabelas 5 e 6, apresentam, de forma resumida as metas fiscais para o período de 2009 a 2012, a preços correntes e constantes de 2009.

Discriminação	2009		2010		2011		2012	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. Receitas não Financeiras	19.220.085	10,80	21.350.584	11,04	22.358.224	10,63	23.841.720	10,43
II. Despesas não Financeiras	18.287.721	10,27	20.125.065	10,40	21.587.033	10,27	23.121.234	10,12
III. Resultado Primário	932.365	0,52	1.225.519	0,63	771.191	0,37	720.486	0,32
IV. Saldo Devedor da Dívida	14.689.857	8,25	15.074.073	7,79	15.537.032	7,39	15.965.830	6,99
V. Resultado Nominal	803.556	0,45	159.482	0,08	215.750	0,10	156.870	0,07

Discriminação	2009		2010		2011		2012	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. Receitas não Financeiras	19.220.085	10,80	20.306.210	11,04	20.446.693	10,63	20.864.456	10,43
II. Despesas não Financeiras	18.287.721	10,27	19.140.638	10,40	19.741.436	10,27	20.233.942	10,12
III. Resultado Primário	932.365	0,52	1.165.572	0,63	705.257	0,37	630.514	0,32
IV. Saldo Devedor da Dívida	14.689.857	8,25	14.336.718	7,79	14.208.683	7,39	13.972.078	6,99
V. Resultado Nominal	803.556	0,45	151.681	0,08	197.304	0,10	137.281	0,07

Fonte: SEPL/SEFA

3. Evolução do Patrimônio Líquido

A Tabela a seguir apresenta o Saldo Patrimonial Líquido apurado pelo Estado no Período de 2006 a 2008.

O Saldo Patrimonial expressa o resultado do confronto entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Tabela 7 - Evolução do Patrimônio Líquido dos Três Últimos Exercícios			
Patrimônio Líquido	2006 (R\$ 1.000)	2007 (R\$ 1.000)	2008 (R\$ 1.000)
Ativo Financeiro	1.741.229	2.145.823	3.142.919
Ativo Permanente	11.098.714	11.817.005	12.583.094
Soma do Ativo Real	12.839.943	13.962.828	15.726.013
Passivo Financeiro	2.752.458	2.442.077	1.678.701
Passivo Permanente	16.297.912	16.430.711	20.313.202
Soma do Passivo Real	19.050.370	18.872.788	21.991.903
Saldo Patrimonial	-6.210.427	-4.909.960	-6.265.890

Na evolução do Patrimônio Líquido do período, houve uma variação positiva, de 2007 com relação a 2006, pela redução do Passivo Real Descoberto, no montante de R\$ 1.300.467.000,00. De 2007 para 2008 houve uma variação negativa na ordem de R\$ 1.355.930.000,00, pelo acréscimo do Passivo Real Descoberto, produzido pelo déficit patrimonial do exercício de 2008. Considerando o período de 2006 a 2008, essa oscilação determinou a variação total negativa na ordem de R\$ 55.463.000,00 de acréscimo no Saldo Patrimonial Devedor, representativo do Patrimônio Líquido do Estado.

4. Avaliação do Regime de Previdência do Estado

O Regime Próprio de Previdência do Estado do Paraná é gerido pela ParanaPrevidência, serviço Social Autônomo criado pela Lei-PR nº 12398/98, mediante transformação do antigo IPE - Instituto de Previdência do Estado.

O modelo de seu financiamento, segundo Plano de Custeio estabelecido a partir de estudos atuariais realizados entre 1996 e 1998 e que resultaram na Avaliação Atuarial Inicial que acompanhou o anteprojeto que resultou na Lei-PR nº 12398/98 pressupõe a migração gradativa do Regime de Repartição para o Regime de Capitalização, adotando-se, para tanto, o critério de segregação de massas, mediante constituição de dois Fundos de Natureza Previdenciária assim considerados o Fundo de Previdência e o Fundo Financeiro que passaram a compor o patrimônio da ParanaPrevidência.

Para o Fundo de Previdência, englobando os servidores ativos que na data de publicação da Lei-PR nº 12398/98, contavam com menos de 50 anos, os homens e 45 anos, as mulheres, se adotou, como forma de financiamento, o Regime de Capitalização, ao passo em que, para o Fundo Financeiro, que englobou os servidores ativos que naquela data contavam com idade superior a 50 anos, os homens e 45 anos, as mulheres, se adotou, como forma de financiamento, o Regime de Repartição.

Desde a inauguração do novo modelo o Estado do Paraná buscou dar atendimento ao Plano de Custeio estabelecido - e indicado na Tabela 8 -, tendo, inclusive, transferido à ParanaPrevidência créditos oriundos dos royalties de Itaipu.

O comprometimento do Estado permitiu que seu Regime Previdenciário adquirisse adequado nível de equilíbrio, incluindo a formação de um Patrimônio - vinculado ao Fundo de Previdência - da ordem de R\$ 7 bilhões, conforme explicitado na Avaliação Atuarial do exercício de 2007, que compreendeu o Parecer Atuarial sobre a situação financeiro-atuarial do Fundo de Previdência da ParanaPrevidência, emitido pelo atuário externo da ParanaPrevidência. Esta Avaliação Atuarial, ao mesmo tempo em que indicou um superávit da ordem de R\$ 168 milhões apresentou um déficit técnico acumulado da ordem de R\$ 131,1 milhões.

Tabela 8 - Plano de Custeio Estabelecido pela Lei-PR nº 12398/98			
Alíquota de Contribuição	Composição		Base de Cálculo
	Cont. do Estado	Cont. dos Servidores	
21,93 (*)	10%	10%	Total da remuneração do cargo efetivo, proventos ou pensão até R\$ 1.200,00
	14%	14%	Total da remuneração do cargo efetivo, proventos e pensão que exceda a R\$ 1.200,00
(*) A transferência total do montante de contribuição resultante da incidência da alíquota			

O Plano de Custeio vigente está demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 9 - Plano de Custeio Vigente	
Tipo de Cobertura	Custeio “Puro”(*1) Vigente (em % da folha de remuneração)
(1) Aposentadorias não Decorrentes de Invalidez	11,60%
(2) Aposentadorias Decorrentes de Invalidez	0,93%
(3) Pensão por Morte	3,70%
(4) = (1) + (2) + (3) Custo Normal Puro	16,23%
(5) Custeio Suplementar Relativo à Amortização por Perpetuidade dos Serviços Passados	5,70%
(6) = (4) + (5) Custeio Total Puro	21,93%
(*1) “Puro” significa que o Plano de Custeio, aqui apresentado, não inclui qualquer sobrecarga destinada ao custeio das despesas administrativas do Plano.	

O Custeio Puro de 21,93%, que inclui a contribuição paritária do Estado do Paraná, considera a média original de 10,965% da contribuição dos segurados obtida a partir da taxa escalonada de contribuição de 10% sobre a parcela da renda mensal não excedente a R\$ 1.200,00 e de 14% sobre a parcela da renda mensal não excedente aos referidos R\$ 1.200,00. Também, esse custeio de 21,93% pressupõe que sobre a totalidade dos proventos de inatividade e sobre as pensões incidem uma contribuição total (segurado + paridade contributiva do Estado) de 21,93%, sem qualquer exceção.

Ao longo do tempo a execução do Plano de Custeio sofreu uma série de intercorrências de ordem estrutural e conjuntural. Sob a ótica estrutural destacam-se a não realização da contribuição de inativos e pensionistas nos níveis determinados e o questionamento judicial na progressividade da alíquota de contribuição o que, na prática, tem feito com que o nível de contribuição dos servidores ativos se dê em índice equivalente a 10%, quando o esperado seria uma contribuição média da ordem de 10,96%. Do ponto de vista conjuntural destacam-se a sobrevivência das Emendas Constitucionais n°s 041 e 047, o expressivo acréscimo no número de

servidores admitidos pelos concursos públicos realizados pelo Estado nos últimos seis anos e a efetiva integração do Poder Judiciário.

O comprometimento do Estado permitiu que seu regime previdenciário adquirisse adequado nível de equilíbrio, incluindo a formação de um patrimônio - vinculado ao Fundo de Previdência - da ordem de R\$ 7 bilhões, conforme explicitado na avaliação atuarial do exercício de 2007, que compreendeu o parecer atuarial sobre a situação financeiro-atuarial do Fundo de Previdência da ParanaPrevidência, emitido pelo atuário externo da ParanaPrevidência. Esta avaliação atuarial, ao mesmo tempo em que indicou um superávit na ordem de R\$ 168 milhões apresentou um déficit técnico acumulado da ordem de R\$ 131,3 milhões.

O déficit técnico acumulado de R\$ 245.781.371,98, registrado no exercício de 2008 se elevou em relação ao exercício de 2007 em decorrência dos ganhos e das recomposições salariais dos servidores, dos ajustes das hipóteses atuariais, em decorrência do método de reavaliação atuarial adotado, que nos termos da lei vigente, incorpora pressupostos e premissas da avaliação original, das quais muitas não se efetivaram ao longo do tempo.

Tabela 10 - Reservas Matemáticas Estimadas Quadro Comparativo nos Exercícios de 2007 a 2008		
Reservas Matemáticas	2007	2008
(1) Benefícios Concedidos	2.264.315.785,00	3.213.018.318,00
(2) Benefícios a Conceder	7.383.092.469,00	8.737.955.389,00
(3) = (1) + (2) Benefícios Concedidos e a Conceder	9.647.408.254,00	11.950.973.707,00
(4) Reserva a Amortizar de Serviços Passados	(3.913.766.359,00)	(4.759.426.310,00)
(5) = (3) + (4) Reservas Matemáticas	5.733.641.895,00	7.191.547.397,00
(6) = (7) - (5) Resultado Técnico	(131.365.131,78)	(245.781.371,98)
(7) = Ativo Líquido do Fundo de Previdência	5.602.276.763,22	6.945.766.025,02

5. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

A Lei Complementar nº 101, de 04/05/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) estabeleceu o Demonstrativo de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado para assegurar que não haverá a criação de nova despesa sem fontes consistentes de financiamento, entendidas essas como aumento permanente de receita ou redução de outra despesa de caráter continuado.

São consideradas despesas obrigatórias de caráter continuado as despesas correntes derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente público a obrigação legal de sua execução, por um período superior a dois exercícios (artigo 17 da Lei Complementar nº 101/00).

Estas despesas por apresentarem caráter de acréscimo permanente somente podem ser financiadas por acréscimos permanentes de arrecadação.

A tabela a seguir apresenta a margem de expansão para o exercício de 2010.

Tabela 11 - Saldo da Margem de Expansão em 2010		Em R\$ 1000
Discriminação		2010
1. Arrecadação de Tributos e Contribuições		1.050.741
2. Transferências Constitucionais e Legais		328.076
3. Saldo (1-2)		722.665
4. Despesas Comprometidas		722.664
Pessoal		260.418
PASEP		2.057
Vinculação de outros Poderes		106.083
Vinculação para a Saúde		84.169
Vinculação para o Ensino Público		258.110
Vinculação para a Ciência e Tecnologia		11.827
5. Margem de Expansão		1

Anexo II - Riscos Fiscais

A previsão da Receita de Recolhimento Centralizado para o exercício de 2010 conta com riscos fiscais decorrentes da incerteza dos reflexos gerados pela crise econômica mundial deflagrada e da não definição da Reforma Tributária até o encaminhamento deste projeto de lei para apreciação da Assembleia Legislativa.

A regulamentação da Emenda Constitucional nº 029, tramitando no Congresso Nacional, pode refletir num aumento de despesas não previstas até então.

A possibilidade de ocorrer a vinculação para segurança pública, assim como a pretensão de aumento no percentual de vinculação da Receita centralizada do Tesouro Estadual pelos outros Poderes e Ministério Público poderão acarretar em aumento da vinculação da receita tributária, podendo então ocasionar uma redução do programa de trabalho do Poder Executivo para o exercício em questão. Além disso a Tabela 11 demonstra a inexistência de margem de expansão, o que permite dizer que qualquer acréscimo de vinculação não poderá ser suportado com a previsão de receita apresentada na composição deste documento.

À Diretoria Legislativa.

Indicações

INDICAÇÃO Nº 385/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada urgentemente a ampliação da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada urgentemente a ampliação da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba.

Sala das Sessões, em 15/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaca-se que a solicitação atende a demanda antiga e mais do que necessária da Santa Casa e a realização desta obra de ampliação será um verdadeiro marco na saúde paranaense, valorizando o trabalho magnífico realizado por esta instituição, reconhecidamente de utilidade pública.

INDICAÇÃO Nº 386/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Cambará.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Cambará.

Sala das Sessões, em 15/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaca-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO Nº 387/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Campina Grande do Sul.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Campina Grande do Sul.

Sala das Sessões, em 15/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaca-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO Nº 388/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Campo do Tenente.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Campo do Tenente.

Sala das Sessões, em 15/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaca-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO Nº 389/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Adrianópolis.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Adrianópolis.

Sala das Sessões, em 15/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaca-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO Nº 390/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Abatiá.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Abatiá.

Sala das Sessões, em 15/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaca-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO Nº 391/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Andirá.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Andirá.

Sala das Sessões, em 15/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaca-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO Nº 392/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Segurança Pública o aumento do efetivo da Polícia Militar no Município de Antonina.

O Deputado Edson Strapasson, no uso de suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER, seja proposto ao Exmo. Governador do Estado Sr. Roberto Requião e ao Secretário de Estado da Segurança Pública Sr. Luiz Fernando Delazari, o aumento do efetivo da Polícia Militar no Município de Antonina.

Sala das Sessões, em 15/04/09.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação justifica-se devido ao fato de que atualmente o Município conta 09 (nove) Policiais Militares, dos quais 03 (três) encontram-se em processo de aposentadoria.

Sendo portanto, insuficiente o atual número dos efetivos para garantir a segurança da população.

Diante do exposto, solicito providências no aumento deste efetivo, para que a comunidade possa ser atendida com melhor qualidade na área de Segurança Pública.

Por essa razão consideramos o pleito legítimo e justo, para proporcionar mais segurança à população do referido Município.

INDICAÇÃO Nº 393/09

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado dos Transportes a execução de melhorias no trecho compreendido entre Campo Mourão e o complexo Industrial da Frangobrás, passando pela Santa Casa.

Senhor Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

Considerando:

1) Que a rodovia PR-558 que liga Campo Mourão à Araruna é de competência e responsabilidade do Governo Estadual;

2) Que no trecho entre a saída de Campo Mourão até o Complexo Industrial da Frangobrás, passando pela Santa Casa Regional ocorre um grande fluxo de caminhões, veículos, ciclistas e pedestres;

3) Que no referido trecho não existe acostamento, ocasionando um grande perigo aos usuários desta rodovia;

Solicita urgentes providências no sentido de:

1) Construir pistas adicionais nos dois sentidos do referido trecho;

2) Iluminar o trecho;

3) Construir ciclovias no trecho;

4) Sinalizar o trecho;

5) Construir o trevo de acesso à Santa Casa Regional e ao Complexo Frangobrás.

O atendimento ao nosso pleito, que é de caráter urgentíssimo, em muito beneficiará a comunidade local e regional, diminuindo o risco de acidentes graves, possibilitando um melhor escoamento do tráfego local.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 15/04/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 394/09

SÚMULA:

Sugere a instalação da Brigada de Incêndio no Aeroporto Santana no Município de Ponta Grossa.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Marcelo Rangel dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - instalação da Brigada de Incêndio no Aeroporto Santana no Município de Ponta Grossa.

II - 2 (dois) caminhões para socorro.

III - a apresentação da presente indicação que objetiva atender as empresas do setor privado que devem iniciar vãos diários no aeroporto de Ponta Grossa, e só poderão com a Brigada de Incêndio em pleno exercício das suas funções, proporcionando a segurança necessária para a utilização.

Sala das Sessões, em 08/04/09.

(a) MARCELO RANGEL

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1622

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 16 de abril (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 15/04/09.

(a) DR. BATISTA

REQUERIMENTO Nº 1633

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência, do Deputado Ney Leprevost, na Sessão do dia 15 do mês corrente por motivo de viagem na condição de Presidente da Comissão de Saúde.

Sala das Sessões, em 15/04/09.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1623

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento do empresário Gentil Giacomini, ocorrido ontem, dia 14 de abril corrente, no Município de Chopinzinho, neste Estado.

Requer, ainda, seja dado conhecimento deste requerimento à família enlutada, na pessoa da Sra. Lenir Ana Dalmut Giacomini, na Cidade Saudade do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 15/04/09.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Nascido em 21/03/43, na Cidade de Salto Veloso, em Santa Catarina, transferiu-se para o Paraná em 1970, escolhendo para morar a Cidade de Chopinzinho, especificamente o então Distrito de Saudade do Iguaçu. Era casado com Lenir Ana Dalmut, de cuja união nasceram quatro filhos.

Gentil Giacomini foi Vice-Prefeito na gestão 1983 a 1988, e Prefeito no Município de Chopinzinho no período de 1989 a 1992, sobressaindo-se como o Chefe do Executivo que mais obras realizou naquele Município.

Seu falecimento, de forma abrupta e prematura, deixa consternados todos os que o conheceram.

Este Parlamentar teve o privilégio de conhecer e privar do convívio com Gentil Giacomini e sua família e, por esta razão, não poderia deixar de prestar aqui suas últimas homenagens a esta figura humana de personalidade amável e caráter forte que certamente deixará uma grande lacuna em seu círculo familiar e de amigos. Contamos pois com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1638

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. José Mário Rodrigues Mendes, ex-Vereador do Município de Tibagi, funcionário deste gabinete, que muito contribuiu no decorrer da carreira deste Parlamentar. Querido e amado por seus familiares, amigos e colegas, será sempre lembrado com carinho e saudades.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15/04/09.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1618

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da

Sessão Legislativa de hoje, para que fique registrado para posteridade, voto de congratulações e aplausos a Sra. Maria José do Nascimento, reside no Município de Peabiru, pelo recebimento do importante prêmio SEBRAE mulher de negócios 2008. Micro e pequena empresa.

Requer outrossim que da decisão da Casa seja dada ciência a Empresária Maria José do Nascimento na Cidade de Peabiru.

Sala das Sessões, em 15/04/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Empresária paranaense Sra. Maria José do Nascimento, residente no Município de Peabiru, acaba de receber com muita distinção o Prêmio Mulher de Negócios. Micro e pequena empresa, depois de disputar o prêmio com 2 mil e 667 empresárias de todo o Brasil.

A Sra. Maria José do Nascimento foi escolhida por ter feito da pequena empresa familiar KL. Reymann, criada 1995, uma pequena fabrica com 82 empregados e 180 clientes em todo o Brasil. Foi um grande prêmio que causou tamanha alegria para todos nós paranaense.

A iniciativa do prêmio mulher de negócios e do SEBRAE Nacional em parceria com a Fundação Nacional de qualidade (FNQ).

A cerimônia contou com as presenças do Presidente do SEBRAE, Dr. Paulo Okamoto, do Diretor Técnico Dr. Luiz Carlos Barbosa, da Presidência da BPW Dra. Arlete Zago.

É exatamente isso que o Brasil necessita de bons exemplos de mulheres empreendedora que desempenham bem o papel na indústria.

Aos 42 anos e formada em Letras, Maria José do Nascimento, da KL do Brasil Componentes Elétricos Ltda., vencedora nacional do Prêmio Mulher de Negócios, é uma empresária bem sucedida em Peabiru, pequeno Município no interior do Estado. Mas nem sempre foi assim.

Começou a trabalhar aos 11 anos, quando foi morar em São Paulo. Deu duro até que conseguiu o primeiro emprego com carteira assinada, no chão de fábrica de uma empresa do ramo de resistências elétricas. Antes disso, foi babá e fez faxina, enquanto concluía o colegial. Nas horas de folga, comercializava o crochê e o tricô que produzia. Maria José administrou ainda uma pequena usinagem, do ex-marido, como funcionária.

Mãe de quatro filhos e avó coruja. Maria José diz que, para o empreendedorismo feminino prosperar, as mulheres precisam se aperfeiçoar cada vez mais, precisam buscar informações e acreditarem que é possível. As mulheres precisam acreditar nelas mesmas e dar um passo de cada vez. Assim, as coisas acontecem e os negócios prosperam, afirma a empresária, uma das responsáveis pela implantação do Conselho da Mulher Empresária de Peabiru. (Com SEBRAE Nacional).

Para este Deputado que representa com muita dedicação o Município de Peabiru, é muito grato redigir este requerimento, com muito orgulho nesta hora em que

comemoramos com muita felicidade o Prêmio Mulher de Negócios, recebido pela Sra. Maria José Nascimento. Estamos certos que isso virá as condições de trabalho e de conforto para toda população paranaense.

A maior ou menor intensidade do parque industrial de um povo é o índice mais seguro de seu progresso. Só os povos que possuem indústria própria se podem considerar economicamente independentes. Os povos que não possuem essa alavanca propulsora da riqueza permanecem eternos caudatários dos Estados industrializados.

Eis porque muitos temos que louvar aqueles como Dona Maria José do Nascimento que se propõem a datar o Paraná de novas indústrias em qualquer ramo que se capitulem. Sejam elas das indústrias extrativas, agrícolas, comerciais, manufaturadas ou de transportes, todas elas tem seu lugar de destaque na economia, como criadoras ou como distribuidoras da riqueza.

Em breve com a instalação de novas indústrias, pelo afluxo dos negócios, fatalmente atrairá, e o comércio sentirá como que um novo sangue a circular-lhe nas artérias, e o erário público, com a arrecadação que daí advir, ver-se-á em melhor situação para enfrentar os problemas da Administração Pública.

Que nossas indústrias prosperem, são os nossos votos, para galardão de seus organizadores e felicidades de todos os paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 1619

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos de hoje, voto de congratulações a empresa Klabin de Telêmaco Borba para que fique registrado para posteridade, inclusive a transcrição nos Anais da Casa, do pronunciamento do funcionário da Klabin Sr. Marcio Martins.

Requer outrossim que da decisão da Casa, seja dado ciências ao Sr. Marcio Martins, para que receba e transmita a todos os funcionários da Klabin, as congratulações da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 15/04/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Indústria Klabin do Município de Telêmaco Borba é o orgulho de todos nós paranaenses, bem como dos brasileiros. Completou com grandes festividades seus 110 anos de fundação. A Klabin é a maior produtora e exportadora de papéis do Brasil.

A Indústria da Klabin iniciou em 1899 com uma pequena topografia adquirida pelos irmãos Klabin que se expandiu até hoje como a maior indústria de papel, inclusive com a inauguração em setembro de 2008 da maior máquina do mundo, M.P.9, fabricante de papel-cartão. Projeto este chamado MA.1100.

É para nós um dia de gala este dia em que festejamos 110 anos da importante Indústria Klabin.

O pronunciamento do funcionário da Klabin, Sr. Márcio Martins que estamos solicitando a transcrição nos Anais da Assembleia do Paraná; Exatamente no próximo dia 1º de maio comemoraremos o dia do trabalho, dia em que tempos não mui remotos marcava o dia de lutas. Razão tem todos os trabalhadores da firma Klabin de se regozijar pela comemoração de 110 anos, pois, está nas mãos dos trabalhadores o progresso da Indústria.

O trabalhador só encontra paralelo na do sacerdote, razão por que também exercem um sacerdócio, sacrifício esse que será sempre compensado, não com as recompensas materiais, mas com a alegria que lhe encherão a alma, alegria essa que será o melhor de seus galardões.

Salve, pois trabalhadores da Klabin, e avante para uma pátria sempre melhor.

Bom dia a todos.

Eu tive a sorte de ter sido escolhido para representar todos os funcionários da Klabin nesse momento tão importante, e só posso dizer que é uma honra muito grande falar em nome dos meus colegas, me dirigindo ao Presidente da República, que representa cada trabalhador do Brasil; dirigindo-me também às autoridades do meu Estado e da minha Cidade, aos acionistas da Klabin e aos meus amigos da empresa.

Muito obrigado por esta oportunidade.

Acho que se estou aqui agora é porque, nesses 18 anos de trabalho na Klabin, pude contar com o apoio de todos os colegas que aqui estão, de outros que já fizeram sua história na empresa, dos meus superiores ao longo da minha trajetória e com o apoio da própria Klabin.

Minha trajetória na empresa começou quando eu era estudante recém-formado e consegui uma das quatro bolsas de estudo oferecidas pela Klabin para técnico de instrumentação. Estudei em Santos, São Paulo, e vesti a camisa da Klabin antes mesmo de ser um colaborador da empresa.

Depois dos estudos, veio a oportunidade de estágio e, em seguida, de contratação como técnico trainee de instrumentação. Isso foi em 1991, a Klabin ainda apoiou meus estudos de inglês e de técnico em Mecânica, de graduação em Matemática e em Engenharia Química, e depois para fazer pós-graduação em Automoção Industrial.

Sempre incentivado pela empresa pude trabalhar em quase todas as áreas desta fábrica. Depois de dois anos na área de instrumentação, tive o privilégio de passar por todas as máquinas de papel da empresa. Acompanhei a evolução das tecnologias do setor papelero e busquei, da mesma forma, evoluir como profissional.

Hoje eu tenho orgulho porque essa experiência me permitiu chegar ao meu posto de hoje na manutenção da máquina 9, mais moderna máquina de papel cartão do mundo, o senhor, Presidente, em que nós reconhecemos um trabalhador brasileiro que chegou ao cargo mais alto do País, sabe o quanto é bom uma fábrica dar oportunidade para que um trabalhador conheça tudo sobre a produção.

Esse apoio, essa forma de fazer as pessoas crescerem, é muito natural na Klabin, fazer parte dos valores da empresa. Aqui eu me sinto, com o perdão da intimidade, no quintal da minha casa, em um ambiente amigável e de trabalho em equipe. Para nós, o que faz a engrenagem desses muitos equipamentos rodar é o relacionamento com todos e valorização da Klabin pelo esforço de cada um.

Penso que são essas coisas que fazem da Klabin uma empresa que chegou grande aos 110 anos: fortes valores de respeito às pessoas e ao meio ambiente, e a capacitação de apostar na tecnologia de ponta, no pioneirismo e também na força da tradição.

Acredito que em poucos lugares uma empresa constrói o que a Klabin construiu em Telêmaco Borba.

E quando eu falo em tradição, meu orgulho é ainda maior, pois a história da Klabin se mistura com a história da minha família, meu avô, Ângelo Bruneto, chegou a Telêmaco nos anos 50, depois de uma sólida carreira na Klabin ele foi eleito operário padrão do Estado do Paraná pouco antes e se aposentar - motivo de orgulho para toda família.

Ele ainda teve tempo de influenciar seu filho Tarcisio Martins, meu pai, a seguir a carreira na empresa, meu pai também se destacou por sua dedicação. Tanto meu avô quanto meu pai, tiveram a oportunidade de receber aqui na Cidade Presidentes da República.

Agora sou eu que tenho a satisfação de receber o senhor, Presidente Lula.

E assim como eu, Sr. Presidente, muitas das pessoas que o senhor pode ver aqui nesta plateia têm sua história pessoal, familiar, ligada à Klabin. São filhos e netos de pessoas que construíram esses 110 anos de empresa, que nasceram e cresceram aqui em Telêmaco.

Acredito que essa experiência de trabalhar numa empresa brasileira de mais de um século despertar em todos nós o orgulho de contribuir para o desenvolvimento da indústria nacional, algo que o senhor Presidente, persegue com toda a determinação, simplicidade e justiça.

Ao mesmo tempo nos estimula a buscar o crescimento, a busca a realização como profissionais e pessoas, sem nunca perder a humildade, que é um traço que nos faz grandes também.

Enfim, senhor Presidente, senhoras e senhores, a mensagem que me traz aqui hoje é esta. Em nome de todos os meus colegas e das nossas famílias quero dizer que nós somos profissionais que buscamos crescer, nos aperfeiçoar. Sabemos da nossa responsabilidade em garantir a qualidade dos produtos que fabricamos e esperamos contribuir com o crescimento da empresa e do Brasil, porque nós aprendemos que foi assim que a Klabin chegou a esses 110 anos.

E achamos que qualquer brasileiro ou empresa que trabalhar assim pode conquistar o mesmo.

Muito obrigado.

REQUERIMENTO Nº 1636

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Diretor Presidente da Companhia Paranaense de Energia - COPEL - Rubens Ghilardi - solicitando que delibere a favor dos pedidos de ligação e religação de energia elétrica feitos por famílias do Município de Ponta Grossa, que moram em terrenos sem documentação, mas já servidos por rede da COPEL.

Sala das Sessões, em 15/04/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

Famílias que ocupam terrenos sem documentação, pendente de regularização junto à Prefeitura, estão sendo penalizadas injustamente por não estarem sendo atendidas quando fazem o pedido de ligação ou religação de energia elétrica junto à COPEL, em regiões onde já existe a rede de energia instalada.

Um problema que atinge milhares de pessoas em Ponta Grossa, que ficam desassistidas por um serviço que, acredito ser um direito daqueles que moram nos lotes, mesmo que ainda não estejam totalmente legalizados.

A Prefeitura Municipal vem negando a autorizando para que a COPEL atenda famílias que se encontram nessa condição. Por isso, venho solicitar que a COPEL entenda a situação dos moradores e conceda a ligação de energia em áreas já servidas de rede elétrica, em moradias, muitas vezes com infraestrutura para receber o serviço da COPEL.

A falta de regularização dos terrenos, neste caso, não pode ser um fator impeditivo para conceder o direito à energia elétrica a essas pessoas mais pobres. Trata-se de um apelo da população, além de uma questão de justiça.

Peço atenção especial da direção da COPEL sobre o caso, já que o Governo Estadual vem demonstrando sensibilidade ao atender a população mais carente por meio de diversos programas de interesses sociais, como o Programa Luz Fraterna.

Quando fui Prefeito de Ponta Grossa (2001/2004) autorizei a COPEL a distribuir energia elétrica para as famílias mais pobres que ocupavam terrenos sem documentação, entendendo que elas tinham o direito a esse serviço. Hoje, Ponta Grossa tem cerca de 13% das famílias vivendo em condições de favelas.

Conto com vosso apoio nessa solicitação, de extrema importância para a população de Ponta Grossa.

Requer ainda que esta Casa envie cópia deste requerimento ao Exmo. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, e ao Superintendente da COPEL no Município de Ponta Grossa, Altamiro Silvestre.

REQUERIMENTO Nº 1635

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, o envio de expediente ao Departamento de Estradas e Rodagem - DER e para a América Latina Logística - ALL, solicitando com a máxima urgência que sejam instaladas a sinalização sonora e luminosa no cruzamento da Rodovia Deputado Leopoldo Jacomel com a linha férrea, próximo ao Carrefour Pinhais, bem como, sejam instaladas novas placas de aviso próximo ao referido cruzamento.

Tal pedido, prende-se ao fato do local ser considerado crítico tanto pelos moradores da região, bem como, pela própria empresa de transporte ferroviário, devido ao grande número de acidentes que ocorrem neste cruzamento do Município de Pinhais.

Requer ainda, após aprovado seja dada ciência ao Prefeito Municipal de Pinhais e a Câmara Municipal de Vereadores de Pinhais.

Sala das Sessões, em 15/04/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1640

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve vem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a oitiva do duto Plenário, a aprovação de requerimento, objetivando o envio ao DER-PR de pedido de urgência de repavimento asfáltico no Município de Foz do Iguaçu, especificamente no trecho entre os bairros de Alto Boa Vista e Três Lagoas, bem como no Município de Santa Terezinha de Itaipu.

Essa atitude é buscada pelo fato de que grande parte do asfalto no trecho citado está situado na divisa entre os Municípios de Foz do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu, e visto o estado de deterioração do asfalto, tem-se praticamente impraticável o trânsito.

Ademais, o DNER-PR tem tomado atitudes semelhantes em relação à vários municípios paranaenses. A implantação dessa iniciativa deverá ocorrer através dos valores reservados nas rubricas na lei orçamentária em vigor no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 15/04/09.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 1641

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER com base no artigo 131 parágrafo 3º IX, do Regimento Interno desta Casa e, após aprovação do duto Plenário, envio de expediente a Brasil Telecom - Paraná solicitando providências para manutenção dos aparelhos públicos instalados no Município de Laranjeiras do Sul - Paraná.

Sala das Sessões, em 15/04/09.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1624

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva desta Assembleia Legislativa, que seja inserido nos Anais desta Casa de Leis o texto Jesus, Juiz e Justiça de autoria do M.D. Promotor de Justiça, Dr. Cândido Furtado Maia Neto, publicado no jornal O Estado do Paraná, no dia 12 de abril do corrente ano.

Sala das Sessões, em 15/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O presente artigo, e autoria do brilhante Doutor Promotor de Justiça, atualmente em Foz do Iguaçu, Cândido Furtado Maia Neto, traz uma abordagem muito interessante e que nos obriga a uma profunda reflexão, merecendo integrar os Anais desta Casa de Leis, principalmente pela forma inteligente e poética com que traduz seu pensamento.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 162/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O Governo do Estado somente poderá investir recursos públicos em mídia para promoção de obras públicas depois que elas estejam 100% concluídas.

Art. 2º As normas fixadas no artigo anterior passam a valer para a administração direta e para todas as empresas e órgãos da administração indireta do Estado do Paraná.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15/04/09.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto, aprovado e transformado em lei, não proíbe as autoridades estaduais de contratarem publicidade nos órgãos de divulgação sobre as obras públicas executadas em suas respectivas administrações. No entanto, visando evitar desperdício do dinheiro público, impede que a promoção seja feita antes mesmo da obra ser realizada ou de ter sido totalmente concluída. Pode ocorrer que determinada autoridade tenha o sonho de implantar uma grande obra, de alto interesse dos paranaenses, sonho que nem sempre torna-se realidade, por falta de verba, término do mandato, ou outros problemas. Mas, no calor da empolgação ou de olho na promoção pessoal, investem vultosas somas de recursos do erário público, promovendo aquilo que às vezes não passou de um sonho ou que não saiu do papel. O Governo investir em marketing? Sim! Desde que a obra tenha sido efetivamente construída.

PROJETO DE LEI Nº 163/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 61 de Lei Estadual nº 12398, de 30/12/98, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 61. A cota da pensão será extinta pelo adimplemento de idade, pela cessação da invalidez ou incapacidade, pela morte do dependente ou pela ocorrência de outro qualquer evento que motive o cancelamento da inscrição.

§ 1º Observado o disposto no artigo 60 e parágrafos, sempre que se extinguir uma cota de pensão, processar-se-á novo rateio entre os dependentes remanescentes.

§ 2º Com a extinção da cota do último pensionista, extinguir-se-á também a pensão.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15/04/09.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Com a nova redação ficam suprimidos o casamento e a união estável como causas de extinção da cota da pensão deixada com a morte do gerador, permanecendo inalteradas todas as demais do rol extintivo.

A providência que se propõe não é somente justa mas, sobretudo, moralizadora.

Justa, porque o servidor público estadual contribui durante toda a sua vida para, ao falecer, deixar a pensão estipulada. De repente, por exemplo, o beneficiário casa ou se une estavelmente logo após o óbito, fato este que extingue a pensão, fazendo com que o Estado enriqueça ilícitamente, vez que recebeu durante toda a vida deste o dinheiro para pagar a pensão, e não o faz. O recebimento da contribuição pelo Estado é vitalício; a pensão talvez tem que ser vitalícia.

Moralizadora, porque enobrece o casamento e a união estável séria, preservando a estabilidade social proporcionada por ambas as instituições.

A permanência delas como causa extintivas da cota da pensão, contribui para a formação de relacionamentos marginalizados e furtivos, que nada dizem com a célula manter da sociedade: a família bem constituída, penhor seguro de tranquilidade e paz sociais.

PROJETO DE LEI Nº 164/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As Unidades de Saúde credenciadas no Sistema Único de Saúde do Estado do Paraná - SUS ficam obrigadas a, diariamente, informar, de forma visível e acessível à população, o número de leitos credenciados, ocupados e livres.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no *caput* deste artigo, entende-se por Unidade de Saúde: clínicas, hospitais, pronto-atendimento, emergências e quaisquer outras que constem dos registros do SUS como detentora de leitos credenciados.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15/04/09.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta tem o objetivo de contribuir para melhor atendimento à população, oferecendo serviço de saúde eficaz e de qualidade.

Nesta linha, a aprovação desta proposição vem facilitar o acesso dos usuários do sistema único ao leito credenciado, quando necessário, e evitar que, por razões outras, qualquer Unidade de Saúde deixe de prestar seus serviços a um paciente de baixa renda e sem assistência médica enquanto reserva leitos para planos de saúde privados ou particulares, em completo desrespeito ao que foi pactuado com o Governo, quando solicitou o seu credenciamento junto ao SUS.

Diante do exposto e visando o beneficiamento da população esperamos a aprovação da presente proposta.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Essa LDO foi recebida ao meio-dia, pelo nosso colega Enio Verri, em companhia do Governador em exercício Orlando Pessuti. Agradeço aos Deputados que estiveram presentes, participando do almoço junto com o Governador, e tivemos a oportunidade de conversar sobre os problemas do Estado do Paraná.

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Pastor Edson Praczyk.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente Deputado Antonio Anibelli, Srs. Deputados, senhoras e senhores, imprensa presente, telespectadores.

Ocupo esta tribuna na tarde de hoje, inicialmente para falar sobre o fatídico acidente que se deu na quarta-feira da semana passada. Hoje, completados sete dias da colisão de um ônibus com toda a estrutura de uma composição férrea, um trem de carga da empresa ALL.

Não sei se algum Parlamentar trouxe esse assunto à baila na ocasião, se o fez peço escusas por não ter prestado atenção ou não ter atentado ao pronunciamento de algum colega nesta tribuna. De toda e qualquer forma, venho acompanhando, Sra. Deputada Cida Borghetti, Srs.

Deputados, tudo que tem sido publicado pela imprensa com relação a esse acidente. Muita coisa ainda não está clara para mim. Ficou confuso, porque dados veículos de comunicação afirmam que a empresa em questão reconhece que o cruzamento onde aconteceu essa tragédia é um trecho extremamente crítico, devido uma série de cruzamentos, e a avenida que faz o cruzamento com a linha férrea é extremamente usada, barulhenta, o que dificulta bastante e compromete ainda mais a segurança daqueles que circulam por esse trecho.

Além de registrar meus sentimentos às famílias enlutadas daqueles que tiveram seus familiares ceifados, naquela ocasião, tomei o cuidado de produzir um requerimento, a pedido de pessoas que moram na região que acessaram a minha página na internet e outros que, depois de conseguirem o telefone do meu gabinete, solicitaram que fosse feita alguma manifestação nesse sentido. Enquanto Parlamentar, penso que não há muito para se fazer a não ser utilizar um recurso regimental, um requerimento, e solicitar uma atenção diferenciada a essa trecho. Não é a primeira vez, pelo que consta, senhores e senhoras da imprensa, que acontece um acidente desse tipo naquela região, e mais especificamente naquele trecho.

Quando digo ter ficado confuso pelo que foi noticiado pela imprensa, principalmente a imprensa escrita, é que alguns veículos de comunicação dizem que falta sinalização adequada. Já em outros dizem que apesar de existir a sinalização obrigatória, que é aquela Cruz de Santo André e o sinal luminoso, ainda assim há a necessidade de se implementar outros sistemas, para ampliar a segurança daqueles que transitam naquele local.

Outra coisa que fiquei muito curioso é no que diz respeito à quem deveria ser exigido esses cuidados de segurança. A empresa, ao DNER, porque é óbvio que em uma situação como esta, todos vão, no seu ponto de vista, tentar se eximir da responsabilidade e, consequentemente, da culpa.

Produzi um requerimento de envio de expediente, tanto para o Departamento de Estradas de Rodagem, o DER, como para a América Latina Logística, a ALL, para quem, por obrigação, tenha a responsabilidade de implantar todos os equipamentos de sinalização, mesmo não obrigatórios, que ampliem a segurança daquela região, daqueles que circulam por ali e que amenizem essa incidência de acidentes, que sempre acabam terminando com vítimas, que são levadas a ser ceifadas com a morte.

Estou solicitando com a máxima urgência, que sejam instaladas as sinalizações sonora e luminosa no cruzamento da rodovia Deputado Leopoldo Jacomel com a linha férrea próxima ao Carrefour Pinhais, bem como sejam instaladas novas placas de aviso, tendo em vista que alguns veículos de comunicação - isso já foi confirmado por algumas pessoas que entraram conosco, que realmente as mesmas não estão legíveis ou posicionadas estrategicamente no local, em um lugar mais adequado.

Essa é a primeira fala, dando satisfação àqueles que entraram em contato através da minha página que está no rodapé do seu televisor, telespectador, como para aquelas pessoas que também entraram em contato com este Parlamentar via telefone.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Aproveito o ensejo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para também fazer o registro do meu voto de louvor, de uma proposta de uma inclusão de alguma regra, artigo ou inciso no Regimento Interno da Câmara Municipal de Curitiba, que os projetos de lei em tramitação só possam ser votados nas Sessões Plenárias, com a presença dos respectivos autores ou do autor. Trago esse assunto à baila não apenas para parabenizar a iniciativa, não sei se da coletividade ou dos Vereadores de Curitiba, ou se em especial de um Vereador, independentemente de qual seja a sua sigla partidária, mas com o desejo de contribuir ainda mais por todo esse processo de modernização e transparência do Poder Legislativo como um todo.

Quero aqui fazer a ressalva de que este Parlamentar, já há alguns anos, vem insistentemente sugerindo isso para o nosso Regimento. Já fiz emendas ao nosso Regimento Interno, Deputado Antonio Anibelli, que hoje ocupa a presidência desta Casa, sabe bem disso, como outros Parlamentares que aqui estão, que é imprescindível que se aplique essa regra também para o nosso Regimento. Ou seja, que o projeto de lei apreciado em Plenário quando o autor do mesmo estiver presente.

Compreendo e até reconheço que o trabalho Parlamentar não se restringe apenas a essas quatro paredes. Entendo que há diferenças entre Parlamentares. Há Parlamentares que fazem muita questão de estar 100% em Plenário. Isso é louvável. Posso falar sobre o assunto porque tenho também uma grande presença em Plenário, mais de 90% de presença desde o meu primeiro mandato. Compreendo que outros preferem, pela sua maneira de fazer política, enquanto se desdobra a Sessão, às vezes estar dando uma tenção para alguma autoridade ou pessoa da sua região. De qualquer forma o Parlamentar está trabalhando, de maneira diferente. O importante é estar trabalhando, e caso a sociedade não aprove o trabalho do mesmo, ao final do mandato ele é submetido à apreciação popular e caberá à sociedade elegê-lo ou não.

Compreendo, Srs. Deputados, se seguirmos o exemplo da Câmara Municipal e tivermos no nosso Regimento Interno essa obrigatoriedade de que ao chegar a Ordem do Dia, a proposição nela inclusa só seja apreciada pelo Plenário se o autor estiver presente, porque assim o autor pode, mediante as circunstâncias, esclarecer dúvidas. Pode, no encaminhamento da votação, explicar porquê motivos, por qual razão ele teve e iniciativa de fazer determinada proposição. E sem considerar que isso em muito aumentaria o quórum desta Casa, já que todos nós comungamos e reconhecemos

que é necessário se resgatar a todo instante o prestígio do Poder Legislativo, tão desgastado. Do ponto de vista generalizado político, então é uma forma de se valorizar mais o Poder Legislativo, chamar a atenção da sociedade para que tudo o que está sendo votado realmente seja importante, a ponto de ser apreciado e discutido por um número maior de Parlamentares.

Penso, Sr. Presidente, que tão logo consigamos votar o nosso Regimento Interno, que esta proposição faça parte, porque com isso ganhará o Poder Legislativo, os trabalhos da Assembleia Legislativa e refletirá positivamente no nosso cidadão paranaense.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Agradeço principalmente àqueles que tem acompanhado o nosso trabalho, visitado a nossa página na internet e interagindo com este Parlamentar, ainda que para criticar, para sugerir, para dar ideias.

Muito obrigado. Deus abençoe.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Próximo orador inscrito, Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente Deputado Antonio Anibelli; nosso querido Luiz Nishimori, que ano que vem deverá ser eleito com uma grande votação, Deputado Federal; Deputado Jonas, colegas Deputados, hoje o Plenário está vazio, acho que por causa da força que colocaram no Tiradentes, e pode ser que alguém esteja com medo de ser enforcado, comparecendo aqui ao trabalho.

É uma pena tão poucos Parlamentares!

Do Sindi/SEAB, que é o Sindicato da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, recebo aqui: “Deputado Antonio Belinati, tendo em vista a aproximação da data-base de reajuste dos salários dos servidores públicos estaduais e sabendo de seu compromisso com a causa em questão, vimos por meio desta mensagem solicitar seu apoio no sentido de garantir o reajuste salarial dos servidores na data-base, ou seja, no dia 1º de maio, e também de agilizar a implantação das promoções e progressões para os agentes de apoio e de execução do QPPE - Quadro Próprio do Poder Executivo, cujo decreto foi assinado no dia 12 de novembro do ano passado.”

O expediente é assinado pela Laura Jesus de Moura e Costa, Presidente do Sindi/SEAB.

Alô, Governador Roberto Requião, pena que o Governador Requião esteja viajando, mas aqui, através de seus representantes, - Governador, é preciso dar um aumento para os servidores, e em se tratando também de data-base, é fundamental que o Governo do Sr. Roberto Requião respeite o que está na lei e não abandone os servidores públicos estaduais do Paraná.

Neste caso aqui para o mês que vem, portanto daqui a duas semanas, para os servidores da Secretaria de Abastecimento e Agricultura.

Tomara que o Governo Requião não vire as costas para os servidores.

Quero agradecer aos paranaenses, porque quando falamos, embaixo passa o e-mail de cada Deputado, e é bom que vocês mandem aqui críticas, se for até o caso de elogios, se for o caso de críticas, de sugestões, de alguma ideia para algum projeto ou alguma matéria que devamos trazer e debater nesta Casa. Então é só pegar uma caneta, um papel e anotar o meu e-mail, ou dos demais Parlamentares.

Eu fico extremamente feliz, tanto eu como a nossa equipe do gabinete, a Márcia, a Kellen, o Gustavo, por esses paranaenses que têm mandado os e-mails, porque isso alimenta, é uma sustentação para o bom cumprimento do nosso mandato parlamentar.

Por favor, fiquem à vontade, dirijam as suas ideias para nós. Eu fico antecipadamente agradecido.

É o caso aqui do Ivan Marcelo de Castro: “Em primeiro lugar, quero parabenizá-lo por ser essa pessoa que V. Exa. é. E em segundo lugar, sou seu eleitor, eu e meus familiares, sempre votamos e continuaremos votando em V. Exa.”

Muito obrigado, Ivan Marcelo de Castro.

Gostaria muito de lhe fazer um pedido, que o senhor pedisse ao Deputado, hoje Prefeito eleito, Barbosa Neto, que olhasse com atenção especial a saúde mental do nosso Município de Londrina.

Ivan, já encaminhei esse seu e-mail para o Prefeito eleito, Barbosa Neto. Olha que preocupação interessante, que o novo Prefeito tenha um carinho especial para esse programa da saúde mental do meu Município. Isso seria bom que fosse feito no Brasil inteiro e em todo o planeta Terra. Então, já está encaminhado o pedido do Ivan Marcelo de Castro.

Tenho aqui uma matéria do professor Salvador José de Souza Filho... (término do tempo)..

Passa a usar o horário da Liderança do PP

...professor de Maringá, e diz aqui: “Deputado Belinati, sou professor de Maringá”. Ele coloca inclusive o telefone - é interessante, alô Deputados da base do Governo Requião, ouçam o que está escrito no e-mail desse professor de Maringá, professor Salvador José de Souza - diz aqui:

(Lê):

Sou professor em Maringá. Gostaria de parabenizá-lo pelo seu trabalho na Assembleia Legislativa do Estado Paraná, pelo projeto de lei para instalação de câmeras nas escolas.

Deputado, também gostaria de questioná-lo a respeito da contratação dos professores do Estado do Paraná, pelo regime da CLT, que são professores contratados temporariamente. PPS - Processo Simplificado de Seleção de Professores, porém esse sistema de contratação, no meu entendimento, é irregular, pois

não se trata de um contrato por prazo determinado como o Governo está fazendo desde 2006, pois o contrato por prazo determinado não pode ser superior a dois anos, e o Governo, para deixar de pagar todos os direitos trabalhistas, como FGTS, vem dando como contrato determinado para deixar de pagar todos os direitos trabalhistas. Se o senhor puder, através da sua assessoria jurídica, responder, agradeço imensamente!

Pois, no meu entendimento, esse tipo de contratação fere a Constituição Federal.

Apresentei um projeto nesta semana, se ele for aprovado e transformado em lei o Governo do Paraná terá que instalar câmeras de segurança em todas as escolas públicas. Mas eu mesmo vou apresentar uma emenda ao meu projeto, obrigando que as câmeras de segurança sejam instaladas também nas escolas particulares. É aluno que vai drogado; vai bêbado; vai com faca na cintura; vai com revólver; mata colega dentro da sala de aula; aluno mata professor; marido contratou pistoleiro para assassinar a ex-esposa, professora, nas dependências da escola, e depois foi chorar em volta do caixão da esposa. Bandido, cretino. E a câmera de segurança, creio que vai restabelecer grande parte da segurança que hoje não tem nas escolas. Escola é lugar para ensinar, para o aluno aprender. E não lugar para violência, para baderna e muito menos para ir armado. Creio que o problema se concentra na maldita droga que campeia pelo mundo afora.

E quanto à contratação de professores CLT, acho que ele está certo, aí é que o Ministério Público deveria fiscalizar essa irregularidade que o Governo do Paraná está praticando. Já tem três anos que está essa situação irregular. Fere, sim, a Constituição. Falei com um advogado jurista que é um gênio, Dr. Eduardo Ferreira, e ele disse que é irregular, é anormal, é ilícito o procedimento do Governo. Porém, como não sou advogado, vou encaminhar o pedido do professor Salvador, de Maringá, para o próprio Ministério Público responder. É legal? No meu entendimento acho que não é legal. Se não é legal, certamente o Ministério Público vai tomar alguma providência em relação a essas contratações pelo PSS, que o Governador Requião vem fazendo há três anos de maneira irregular para não pagar os encargos trabalhistas.

Recebi o e-mail do Fábio dos Santos:

(Lê):

Meu nome é Fábio e estou enviando a V. Exa. uma sugestão de projeto de lei, pois acredito ser benéfico à toda população.

Acompanhei pelo canal 21 de televisão, hoje, dia 14/04/09, onde foi levantada a questão de que está sendo divulgada na mídia a propaganda de obras que sequer iniciaram.

Bom, Fábio dos Santos, parabéns. Olha como é importante, Deputado Anibelli, a televisão transmitir as Sessões. Foi dito aqui da tribuna que muitas vezes o Governo do Paraná faz um alarde, faz uma grande propaganda. A galinha é a maior marqueteira que tem.

Ela acaba de botar o ovo e sai cantando. Todo mundo sabe que ela botou. Mas, ela não tem propaganda enganosa, ela só faz o marketing do ovo que botou, depois, de fato, que ela botou ovo.

No âmbito do Governo, muitas vezes o Governo pensa em fazer uma obra que, muitas vezes, é uma obra grandiosa de caráter social, mas fica apenas no sonho. De repente, lá na frente, a licitação é impugnada, muitas vezes não tem dinheiro no caixa, vence o mandato da autoridade, mas o Governo já jogou pelo ralo milhões fazendo propaganda de uma obra que nunca aconteceu.

Como é bom a TV transmitir as Sessões da Assembleia. Já peguei uma carona aqui na ideia do Fábio dos Santos e estou apresentando um projeto hoje, entreguei para o Deputado Anibelli ele até me cumpriu pelo projeto. O Anibelli está todo feliz, recebeu a visita do vice-Governador Orlando Pessuti, muito simpático. Peguei a ideia do Fábio dos Santos e ataquei um projeto de lei dizendo que o Governo pode, sim, fazer propaganda, não tem como proibir o Governo de fazer propaganda. Não é esse o sentido. O Governo quer gastar dinheiro em outdoor, em jornais, revistas, rádios, televisão, outros meios de comunicação, mas desde que a obra esteja concluída. Não é o Governador pensar em fazer uma obra e já lascar no rádio, revistas, jornal, outdoor e a obra acaba não acontecendo. Isso é muito comum estar acontecendo no Paraná e no Brasil.

Agradeço a esse cidadão pela ideia, e tomara que o nosso projeto seja aprovado. Não é um projeto contra o Requião, não. É um projeto para disciplinar a propaganda em todos os Governos. Nosso projeto aprovado será transformado em lei, que vai ser uma norma e vai valer para todos os Governos. Só gastar dinheiro em propaganda, a exemplo da galinha quando bota o ovo, depois que a obra estiver, de fato totalmente concluída. Agora, ações, pensamentos, vontade, ou teoria, não vai jogar fora o dinheiro do povo, não!

Temos a Catarina, da Folha de Londrina. A Folha traz hoje: *Servidores de Curitiba cruzam os braços por tempo indeterminado.*

Mas quero falar é sobre a portabilidade dos planos de saúde.

O Deputado Durval Amaral lançou um Fundo de Previdência para aposentar os ex-Deputados, só depois que não tiver mais mandato.

Cheguei em casa todo feliz. Reuni a família e disse: que bom, quando deixar de ser Deputado, graças ao Durval Amaral, pai das viúvas, vou poder me aposentar. Sentei com a minha família, fui fazer o cálculo e tem que ter 30 anos de previdência. Trabalhei em todas as rádios, jornal, TV Coroados, só pagaram seis meses de previdência para mim.

Naquele tempo o patrão chegava para você e dizia: “Seu salário é Cr\$ 35, se você não quiser que pague a previdência, você vai ganhar Cr\$ 40 por mês. Você quase beijava o patrão, cara bom.”

O SR. PRESIDENTE (Antônio Anibelli)

Mas, V. Exa. não se enquadra nesse caso, só de mandato parlamentar, de Vereador, em Londrina, três mandatos de Prefeito, Deputado Federal, comigo de 74 a 76 em Brasília, mas três ou quatro mandatos de Deputado Estadual V. Exa. está quase nos 60 anos que lei obriga.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Mas sendo os 30 anos de previdência, foi o que eu falei, para quê? Que plano de previdência é este do Deputado Durval Amaral? Fiz o cálculo e vou me aposentar aos 92 anos de idade. Muito obrigado, Deputado Durval Amaral, V. Exa. está acreditando que eu vou chegar aos 92 anos de vida, foi o cálculo que eu fiz.

Mas o que quero falar, especificamente, não é o caso de previdência para Deputados. Gostaria muito de poder ser sempre Deputado, morrer como Parlamentar. Mas, para isso, vou ter que trabalhar sempre para servir com dignidade, com respeito, com carinho, com atenção a todo o povo do Paraná, porque volto a repetir, aqui os 54 Deputados, ninguém é ninguém sem o povo. A grande estrela é o povo, e é graças ao povo que estamos aqui, é graças ao povo que faz 41 anos que temos vencido eleições no nosso Paraná.

Mas, a nossa preocupação é com os planos de saúde. À medida que nossos cabelos vão ficando embranquecidos, eles vão nos “ferrando”, aumentando o valor da prestação do plano de saúde. Quer dizer, chega a um ponto, se você estaciona na sua renda, à medida que você vai ficando velho, você vai perdendo a condição de pagar o plano de saúde, vai abandonando o pagamento. Quer dizer, está é uma grande sacanagem, o Governo deveria agir, em respeito aos idosos. Porque, volto a repetir, e o tempo que a pessoa pagou, quando era jovem, ficou 20, 30 anos pagando um plano de saúde e quando está com 60, 65, 70 anos de idade, eles vão jogando a prestação lá em cima. E se a pessoa é aposentada, que tem um salário pequeno, que não é um grande salário, ela acaba abandonando o plano de saúde, no momento em que mais vai precisar de médico, às vezes até de uma cirurgia, que são os momentos derradeiros da sua vida.

Eu acho fundamental. Não dá mais nem para pensar, hoje, alguém querer viver nesta terra sem ter um plano de saúde, por causa do alto custo de uma cirurgia. Tem médico que para fazer uma operação de safena chega a cobrar mais de R\$ 1 milhão. E é sabido que, muitas vezes, quem não tem o dinheiro, morre. Não é atendido. Ou entra na fila do SUS e tem que esperar dois ou três anos até chegar o dia de ser atendido, de ser operado. E muitas vezes morre de verdade porque não aguentou esperar o dia de ser operado.

Então, Sr. Presidente, plano de saúde eu acho fantástico. Que bom seria que cada cidadã e cidadão brasileiros tivesse um plano de saúde, o mais completo possível, tivesse direito a todo tipo de cirurgia: coração, varizes, pulmão, rim, fígado. E que tivesse direito a um leito no hospital, com acompanhante. Muitas vezes o plano intermediário, o plano “quebra-galho” é uma boa alternativa.

Então, acho fantástico o plano de saúde. É necessário. Faz parte do nosso dia a dia e da nossa vida. Todo cidadão responsável que pensa em si, na sua família, no dia de amanhã, deve ter um plano de saúde. Mas, lamentavelmente, nossa crítica é quanto a esta cobrança exagerada, que vai aumentando a escala, vai subindo e muitas vezes a mensalidade fica impraticável para quem tem cabelos brancos, para quem já tem uma idade avançada. Isto chama-se falta de respeito para com os idosos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

O próximo orador inscrito, ainda no Pequeno Expediente, é o Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)**O SR. PÉRICLES DE MELLO**

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Subi à tribuna ontem e fiz alguns comentários sobre o programa habitacional do Governo Lula e, nessa lógica, discuti um pouco a situação de Ponta Grossa e falei de um requerimento que apresentaria hoje, e de fato estou apresentando o requerimento ao Governador Requião e ao Sr. Rubens Ghilardi, que é Diretor-Presidente da COPEL, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica, discutindo a situação de famílias carentes de Ponta Grossa, que moram em favelas e em terrenos sem documentos, dos quais fazia referência ontem.

Ponta Grossa é um Cidade que tem um alto índice de concentração de pobreza urbana, até pela condição geográfica. É uma Cidade muito complexa, a segunda Cidade do Paraná durante muito tempo, a primeira Cidade do interior paranaense e o principal polo atacadista do interior. Eu mesmo nasci lá por uma contingência, porque meu pai sempre foi viajante, nasceu em Pitanga e morava em Ponta Grossa, uma Cidade que sempre foi o encontro de caminhos, os caminhos das tropas. Ponta Grossa vive aquilo que alguns sociólogos chamam de uma sociedade dual, em todos os sentidos.

Por exemplo, a indústria, nós acompanhamos a industrialização brasileira desde o final do século XIX, participamos de todos os ciclos industriais do Brasil e a Cidade tem uma contradição, sendo de um lado uma indústria antiga, que gera emprego, mas emprego de baixa qualificação, com baixíssimos salários, olarias em decadência, velhas madeireiras e metalúrgicas, e de outro lado uma indústria que vem de fora, que gera poucos empregos de alta qualificação, mas cujos recursos circulam a nível internacional, geram ICMS, mas têm um efeito multiplicador muito pequeno sobre a vida da Cidade, retirando o ICMS.

Então, essa é a primeira contradição. E a segunda contradição é que há nos Campos Gerais uma agricultura riquíssima com plantio direto, na combinação solo/clima, apesar da terra dos Campos Gerais ser uma terra ácida e uma terra rasa. Pelo avanço da tecnologia no plantio direto, pelo clima dos Campos Gerais, atingimos produtividade de

soja maior do que nas melhores terras do Paraná. Mas acontece que paralelamente aos campos temos uma terra dobrada, de imigração antiga, de pequena propriedade com baixa produtividade e esses pequenos agricultores, quando saem de suas terras, chegam em um grau de pobreza total na Cidade, um grau de miserabilidade. Além disso, uma topografia complexa, cheia de altos e baixos, a especulação imobiliária, que a concentração da terra rural nos Campos Gerais se transforma em concentração da terra urbana à medida que a Cidade cresce e incorpora terreno rural na mão de poucos.

Então, isso tudo forma, além da questão do serviço, porque Curitiba sempre sugou serviço de Ponta Grossa, sugou o comércio ponta-grossense - Ponta Grossa perde muito nesse aspecto e em outro aspecto que podia ganhar, infelizmente, por erros administrativos, não ganhou, o que poderia ganhar na parte cultural, turística e assim por diante.

Mas, esse conjunto de fatores e contradições faz com que tenhamos uma periferia enorme, sendo que 13% da nossa população mora em favelas, perto de córregos ou em sobras de terrenos das ferrovias e terrenos públicos, e esse problema vem de longa data.

Quando me elegi Vereador em 1988, enfrentei o problema de que a população que morava sem documento, para conseguir luz da COPEL e água da SANEPAR, chegava na COPEL e na SANEPAR e os funcionários exigiam documento do lote, e como a pessoa não tinha documento, a COPEL ou a SANEPAR exigiam que ela fosse até a Prefeitura e que a Prefeitura autorizasse a COPEL a ligar a luz e a SANEPAR a ligar a água, e a Prefeitura não autorizava.

Por coincidência, quando me elegi Vereador, o mandato de Prefeito era do atual Prefeito, e fiz um trabalho muito forte na Câmara com movimento comunitário. Criamos uma entidade chamada AGEMTI - Associação Geral dos Moradores em Terrenos Irregulares, e através de luta de rua, luta social, organização comunitária, passeata, viemos até Curitiba com um abaixo-assinado para o Governador Álvaro Dias, trabalhei com o conceito de crime da água, porque essas crianças que moravam em terrenos cujos pais não podiam pagar o aluguel ou comprar uma casa, moravam sem documento, elas ficavam sem acesso à água, e uma criança que não tem acesso à água encanada é muito mais suscetível a pegar uma infecção, a morrer - chamei isso de crime da água, fiz uma luta baseada nessa questão simbólica e fomos vitoriosos.

(Corte no som)

Sr. Presidente, gostaria de fazer uso do horário da Liderança do PT.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

O Deputado Tadeu Veneri se inscreveu. Mas, se V. Exa. quiser o horário, depois concedo ao Deputado Tadeu Veneri cinco minutos no Grande Expediente.

V. Exa. tem o horário da Liderança do PT.

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Então, como esse símbolo mobilizou uma grande comunidade local e conseguimos sensibilizar a COPEL e a SANEPAR, e as pessoas passaram a ter acesso à água e à luz.

Quando eu fui Prefeito senti que dentro da Prefeitura a ideologia é uma coisa muito poderosa, é uma visão que está enalacrada na consciência - alguns clássicos explicam muito bem como é que funciona a cabeça das pessoas pela ideologia dominante - há funcionários que não conseguem entender que não tendo um documento de um lote possa ter água; eles acham que se a COPEL levar a luz e a SANEPAR levar água estamos incentivando a ocupação de terra por pessoas pobres. Não consegue, a ideologia é muito poderosa. Então, tive que travar um combate interno na Prefeitura, Deputada Rosane, para que alguns setores, ideologicamente comprometidos com a visão de mundo eletista, ele se recusava a fazer isso, eu tinha que enfrentar essa ideologia e autorizava, eu, pessoalmente, a SANEPAR a levar água. Porque eu explicava que são duas coisas distintas: uma coisa é questão jurídica. Ora, se é uma ilegalidade jurídica, se há uma ocupação que não seja pacífica, o proprietário que vá disputar na Justiça, existe a Justiça para isso. Agora, enquanto uma família está na terra, não pode ser extirpado o direito de acesso de água encanada e luz, a luz que é responsável pela geladeira que conserva os alimentos, a água que é vida para as pessoas. Eu distingi essas duas questões, mas às vezes algumas pessoas não compreendiam.

Bom, agora acaba de acontecer novamente esse problema, e sentimos, conversando com alguns funcionários da COPEL, que eu tenho o maior respeito, pessoas que às vezes são muito revolucionários na luta corporativa, quando trata do seu próprio interesse, mas quando trata de uma questão essencial para a vida de pessoas pobres acabam tendo uma visão ao contrário. E há uma resistência. Eu já estou tentando tudo, com a SANEPAR já fiz vários requerimentos aqui, conseguimos melhorar a situação, mas na COPEL está difícil, conversamos com o Superintendente, ele se apegou a uma legislação, meu assessor explicou todas as formas.

Então, estou fazendo um apelo ao Governo, que se preocupa com as pessoas mais pobres, estabeleceu os Programas Luz Fraterna, Tarifa Social da Água, que aonde existe rede de luz, como é que pode a COPEL se negar, aonde existe rede instalada, a tirar luz do poste e colocar na casa, no postinho da casa da pessoa que comprou uma posse de outro, que já morava ali há 20, 30 anos, de posse pacífica inclusive, se recusam a colocar, como se isso resolvesse algum problema, condenar o ser humano pobre que não tem como comprar uma casa melhor, ou alugar um terreno, assim por diante, a ficar sem geladeira, sem luz? Isso faz mal para a Saúde Pública, é um crime, essa é a palavra correta. Isso é crime contra as pessoas mais pobres, porque o ser humano não é igual a passarinho, que pode morar na árvore, ele tem que morar na terra; quando toda a terra é

transformada em mercadoria, e uma parte, se ela não pode pagar, acontece a chamada ocupação legalizada. Ou ele vai morar na rua como na Índia, em que miseráveis moram no meio da rua, tomam banho ali, sobrevivem na rua, ou vai nascer um movimento da organização comunitária para ter acesso à terra.

Queiram alguns ou não queiram, não existe outra possibilidade, o ser humano precisa morar na terra. Como a terra é mercadoria, o valor de troca do capitalismo supera o valor de uso da terra, não adianta se a pessoa precisa usar, se ela não tem dinheiro não pode comprar, e se está tudo cercado ela não tem ocupação espontânea à ocupação organizada. Mas como existem muitos espaços no Brasil, as ocupações são espontâneas, é o caso de Ponta Grossa. Hoje o Prefeito está fazendo, e eu o elogio, em alguns lugares uma remoção. É complicado, mas é importante. Mas enquanto a pessoa está naquela condição que já existe o poste, tem que necessariamente receber a luz.

Estou fazendo esse requerimento para que seja emitido ao Presidente da COPEL, ao Governador Requião e ao Superintendente da COPEL em Ponta Grossa.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Quero parabenizá-lo, Deputado Péricles, quero me somar ao seu pronunciamento, dizer que por mais de uma vez já usei esse espaço tocando no mesmo assunto que hoje o senhor defende.

Na Cidade onde eu moro, Araucária, uma Cidade rica, uma Cidade que tem um orçamento grandioso, temos pessoas que residem em áreas de ocupação há mais de oito anos e estavam, há oito anos, sem acesso à luz e água, e nós tendo que garantir o acesso à Saúde Pública. Gastávamos muito em medicamentos, porque não tem como fugir disso, e não garantíamos o básico que é o acesso à água.

Parabéns a V. Exa.! Tenha em mim uma parceria nessa empreitada, porque na verdade, tínhamos que ter uma política séria de habitação. Mas se não for possível, temos que garantir, no mínimo, energia e água. Isso é o básico. Muito obrigada.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Muito obrigado, Deputada Rosane! Suas palavras enriquecem o meu pronunciamento.

Repito o apelo que faço à COPEL. Com a SANE-PAR conseguimos resolver o problema, hoje é uma pacificação em Ponta Grossa, pelo menos a questão da água. As pessoas que precisam vão à agência e conseguem água. Mas infelizmente com a energia elétrica isso não acontece. Pretendo ir ao Programa do Deputado Jocelito Canto tecer alguns comentários sobre esse tema, porque não é possível mais condenar pessoas por serem pobres, a ficar sem luz, principalmente quando passa rede de luz em frente.

Para concluir, gostaria de tecer algumas considerações sobre o pedágio. Não podemos achar que vamos convencer o povo do Paraná dizendo que vamos fazer um acordo com as concessionárias. Qual será a base desse acordo? Elas querem acordo. O que elas mais querem é prorrogar o contrato. Se o Governador chegar para elas e dizer que dará mais 10 anos de contrato, elas vão fazer um acordo. Vou recalcular suas planilhas. Por que o pedágio no Paraná não teve concorrência. A concorrência foi uma falácia. É diferente do atual pedágio que houve concorrência internacional, houve confronto de propostas. No Paraná houve uma grande negociata. Dá até para fazer um teatro. Elas se reuniram numa sala, se associavam e ficavam com um lote. Era muito interessante, porque o consórcio que perdia um lote ganhava outro. Era um acordo de cavalheiros. Toda forma de competição foi assim. Então, as empreiteiras menores, se quisessem consorciar, a licitação não permitia, porque o capital mínimo exigido era calculado, não pela soma dos capitais de sua participação. Ou seja, uma empresa com 1 milhão de capital era a média, não a soma. Não houve concorrência.

Quem definiu a tarifa básica não foi a concorrência, foi o Governo do Paraná, na época, o Sr. Jaime Lerner. Ninguém sabe daonde que se tirou esse valor. E o Deputado Luiz Claudio Romanelli falava aqui ontem que desapareceram os estudos, se existiram alguma vez.

Isso tem que ficar claro. Além da taxa de retorno ser exorbitante, não houve licitação. E o único documento que justifica o valor da tarifa básica chama-se proposta comercial das concessionárias. Isso existe, tenho comigo e foi base da minha denúncia. Nessa proposta comercial, para justificar a tarifa básica, uma praça de pedágio custava, na época, R\$ 5 milhões, repito, R\$ 5 milhões. Contratei um engenheiro, na época, para fazer a análise da proposta comercial, e é um escândalo! E ficamos nos perguntando: com é que um escândalo dessa natureza as concessionárias ganham na Justiça sempre? Significa que o arcabouço do poder no Brasil, Deputado Anibelli, apesar do Legislativo ser a “caixa de pancada”, cada dia mais, ainda é o Poder mais transparente.

Apesar de todos nossos erros, temos muita coisa a avançar, mas temos que começar a nos questionar: por que será as concessionárias sempre ganham as ações no Poder Judiciário? Temos que fazer um estudo contratando técnicos para fazer a análise em profundidade, mobilização social, aproveitando essa crise e a comparação real com o pedágio federal, que é muito mais barato.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Próximo orador inscrito, Deputado Tadeu Veneri, por cinco minutos, e considerarei mais cinco no Grande Expediente que somou do Deputado Antonio Belinati. V. Exa. tem 10 minutos.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nossos visitantes. Quero cumprimentar os companheiros que vêm acompanhar a Sessão da Assembleia Legislativa, especialmente aqueles que vêm do interior do Estado, da Região Metropolitana, os companheiros de Contenda. Sejam todos bem-vindos!

Sr. Presidente, ocupo a tribuna porque teremos, não tenho dúvida nenhuma, uma votação histórica no dia de hoje. Já falava isso ao Deputado Durval Amaral quando cheguei aqui. Por que eu digo histórica? Falo isso, mais uma vez, porque é preciso que tenhamos o reconhecimento de todas as dificuldades que passamos. Temos que ter um reconhecimento em especial, obviamente, ao Deputado Durval. Comentei com ele e o parabeneizei, porque reconheço seu empenho e seu esforço para que pudéssemos votar a 2ª votação de dois projetos de resolução que, definitivamente, colocam num caminho de transparência a Assembleia Legislativa. Um caminho que sempre buscamos, sempre esperamos que chegasse o dia em que pudéssemos votar resoluções como essa.

Deputado Durval Amaral, Deputada Cida, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero fazer algumas considerações, não obviamente ao projeto, até porque o que tinha que ser dito já foi dito na quinta-feira, logo após ele ter sido lido em plenário. Quero dizer que para mim, pessoalmente, há uma extrema satisfação em poder votar e estar presente na Assembleia Legislativa quando estamos votando este projeto de resolução. Por que digo isso? Porque fui Vereador em Curitiba durante oito anos e buscamos muito fazer um processo semelhante a este que está sendo feito aqui. Nos seis anos anteriores a este de 2009 em que estou na Assembleia Legislativa, insistimos para que tivéssemos regulamentado o artigo 234 da Constituição Estadual.

O Presidente já sinalizou que os próximos passos podem, inclusive, ir nessa direção de avançarmos naquilo que prevê o artigo 234 da nossa Constituição, ou seja, determinar que além da relação esteja também o local de lotação e a função dos nossos colaboradores, dos nossos funcionários. Mas falo isso porque tivemos, Deputada Cida, no primeiro ano de mandato como Vereador, um jornal chamado Para Todos, o nº 01, um jornal igual a este que agora está no nº 81, e desde o primeiro jornal, lá na Câmara de Vereadores de Curitiba, sempre procuramos publicar.

Alguns Deputados foram Vereadores juntamente comigo, hoje não vejo nenhum daqueles que foram Vereadores, como Ney Leprevost, Mauro Moraes, Bertoldi, Fábio Camargo, Stephanes Júnior, que sabem que já naquele tempo tínhamos sempre, coletivamente, não um ou outro Vereador, mas tínhamos coletivamente uma preocupação que era a de darmos conhecimento do que fazíamos. Por isso mesmo publicávamos e continuávamos publicando os gastos.

Deputado Durval, tive a oportunidade de conversar com V. Exa., da prestação de contas, quando fizemos em dezembro, janeiro e fevereiro, o que se gasta com combustível, alimentação, táxi, telefone, gráfica, carro, passagem, pedágio, estacionamento, correio, papelaria, enfim, gastos que todos nós temos. E que todos os Deputados, cada um a seu juízo, faz conforme entende ser o mais conveniente e o faz porque tem o direito de fazer, Sr. Presidente.

Quero fazer uma homenagem a uma pessoa que trabalhou comigo durante algum tempo, o Deputado Péricles conheceu, Paulo Betin, de Arapoti, funcionário que trabalhou conosco durante muito tempo e faleceu há dois anos atrás. Conversamos muito com ele a respeito destas iniciativas, que um dia aconteceriam. E talvez seja o único que não esteja acompanhando essa iniciativa. Ele faleceu em um acidente de carro. Mas assim como ele, tivemos outras pessoas que trabalharam conosco, de Irati, Agudos do Sul, o Wanderlei trabalhou conosco também, o Geraldo. São pessoas que sempre esperaram que esse momento acontecesse. Todas elas sempre foram relacionadas no expediente do nosso jornal. Sempre fizemos questão de fazer isso, porque era uma prática que tínhamos e acho que mandava o nosso coletivo que assim o fizessemos. O mais interessante é que isso foi criando para nós uma cultura, que me parece hoje muito tranquila. Tanto o jornal, uma revista, as pessoas que estão aqui, sempre tivemos o cuidado de colocar onde estava.

Fazer um reconhecimento também a uma pessoa que contribuiu e muito, para que nós, desde o nº 1 do Paraná, todos, até o 81, que é esse último e certamente virão outros, que estive conosco fazendo tudo isso, trabalhou e colaborou conosco extremamente com todos esses materiais, assinando como sendo nossa jornalista. Sempre tivemos uma jornalista desde o primeiro jornal, assim como a senhora tem, Deputada Cida Borghetti, estive em Maringá e conheço.

Passa a usar o horário do Grande Expediente

Quero de público agradecer a Deputada Cida Borghetti, porque tive a felicidade de receber mais um neto, na última sexta-feira, primeiro maringaense. Ela e o seu marido, Deputado Ricardo Barros, foram de uma extrema presteza com relação à minha filha que estava lá, foram extremamente solícitos. Assim como o nosso Presidente que conheci, conversei por acaso com ele, o Presidente Hermas Brandão se colocou à disposição para o que fosse preciso. Agradecer, Deputada Cida Borghetti, por sua gentileza e pela maneira como nos atendeu.

Hoje teremos a oportunidade de votarmos um processo, que é histórico para esta Casa. Tenho a felicidade e a honra de há 14 anos ter uma equipe, que desses pelo menos três pessoas estão presentes, o que não é fácil para que eles e para as famílias dessas pessoas. Falo isso, porque agora temos uma oportunidade ímpar,

não só de fazermos todos nós um modelo, para outras Assembleias, para que, as Câmaras de Vereadores, também vejam que não há nenhum “bicho-papão” em colocar nome de assessores publicados nos sites. Essa foi uma decisão que tomamos há poucos dias. Estão em todos os jornais e colocamos em nossa página, os jornais anteriores com os nomes hoje, estamos com o Alex, o Antenor, o Augusto, o Emerson, o Paulo e o Borges. São pessoas que têm tido uma paciência às vezes, de nos acompanhar.

Além disso, temos o Zezinho ex-Vice Prefeito de Sarandi, que pela cota do partido está lotado na 3ª Secretaria, e que faz parte também dessa mesma equipe, contribuiu com o nosso mandato e certamente é mais uma dessas pessoas que tenho o dever não só de gratidão, mas um dever político de reconhecer que eu não estaria nesta tribuna se não fossem essas pessoas. Assim como todos os assessores, dos Deputados que aqui prestam um serviço que muitas vezes não é visível e nem reconhecido. O quanto dói a um assessor ver muitas vezes o Deputado, a Deputada, o Vereador ser criticado sem que ele possa se manifestar. Só esta pessoa que está nos acompanhando no dia-a-dia é que sabe.

Por isso, entendi, no dia de hoje com essa possibilidade que temos certamente vamos aprovar, as duas resoluções que mudam a história desta Assembleia. Temos também a possibilidade de reconhecermos o trabalho de todas essas pessoas. E aqui de público quero agradecer a todos os colaboradores e assessores que durante esse período estiveram conosco.

Volto a dizer, aqueles que muitas vezes por ignorância, má-fé ou leviandade pensam que é possível desqualificar, qualquer das pessoas que nos acompanham, não entendem que o fazê-lo, não fazem para os nossos assessores, quando agredem a qualquer um, é a nós que agredem.

De público, digo muito obrigado por permitir que possamos ter essa oportunidade. Muito obrigado à nossa assessoria por permitir que durante esses 14 anos nós tivéssemos a confiança e a responsabilidade de concluir esse mandato.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta Presidência elogia a sua conduta e reafirma o orgulho que todos nós Deputados temos pelos nossos funcionários, que compõem nossos gabinetes e muito, às vezes, estão no interior fazendo a nossa vez quando aqui estamos prestando serviço à população e fazendo a nossa obrigação de votar as leis do Estado.

Deputado Douglas Fabrício, último orador inscrito do Pequeno Expediente.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Deputado Anibelli, que preside os trabalhos nesta tarde, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, Vereadores, lideranças que aqui estão participando desta Sessão.

Inicialmente quero também agradecer a presença de várias lideranças da minha região, que pude estar conversando, inclusive hoje estão aqui trabalhando na Assembleia Legislativa.

Está aqui o Vereador Bilios (sic), que é de Barbosa Ferraz, o Vereador Edivaldo, também de Barbosa Ferraz, o Vereador Fernandinho, o Faxinal, o Willian, que é Pastor, uma liderança lá em Faxinal, o Vereador Ney, de Mamborê, ex-Vereador, e o Vereador Jorge, que é de Peabiru, que estão aqui conosco.

Agradecemos muito a presença. É importante a presença dos Vereadores, eles que são as pessoas que têm um contato imediato com a população, que estão lá no dia a dia nos Municípios.

Nós, Deputados, ficamos trabalhando aqui na Assembleia Legislativa praticamente a semana toda. Então, para nós é mais no final de semana para estarmos na nossa região, às vezes na sexta-feira também, para poder acompanhar o que está acontecendo.

Então, os Vereadores são o elo, que têm aquele contato conosco para que possamos defender aqui na Assembleia Legislativa as ideias dos Vereadores que, consequentemente, são as ideias da população dos seus municípios.

E falando em defender, queria comentar um pouco com os demais Deputados, hoje tivemos um debate na TV SINAL e conversamos sobre a questão de Segurança Pública. Tive o privilégio de ser convidado e agradeço aqui a oportunidade de ter falado com a TV SINAL, que está fazendo um belíssimo trabalho, os funcionários, e que já está sendo reconhecida por onde passo. As pessoas falam: “Olha, eu te vi na TV, eu acompanho teu trabalho pela televisão. E quando eu vou ver qual é a TV, é a TV SINAL - Som, Imagem e Notícias da Assembleia Legislativa.

E nós discutimos sobre Segurança Pública nesse debate. E o que conversamos lá? Os Deputados que estiveram junto conosco, Mauro Moraes, Edson Strapasson e Jonas Guimarães, eu percebi o seguinte: tinha três Deputados do PMDB e o Douglas Fabrício, do PPS.

Se o Governador é do PMDB, então três Deputados da base de apoio e um Deputado da Oposição.

Mas nessa situação, nesse item de Segurança Pública, parece-me que, como diz o ditado, a coisa está feia, porque ficou difícil aqueles que queriam defender o Governo, defender que a Segurança Pública no Paraná está bem. Não está.

E como eu recebo aqui dois Vereadores de Barbosa Ferraz, já estou informado do problema que aconteceu lá ontem, onde os presos estão se rebelando, porque não têm condições de ficarem presos, viu Deputado Jonas Guimarães. Superlotação. Estou falando de Barbosa Ferraz.

Tem aqui o Vereador Jorge, de Peabiru, que me relata a situação daquele Município, que está um caos também. Que tem lá uma cadeia pública que não pode ser utilizada.

Araruna, Já falei dia destes que os presos também estão lá numa superlotação.

Em Campo Mourão, já falei também aqui, que não é só a questão de superlotação, mas também dos assassinatos que têm ocorrido naquela cidade.

Já nos últimos anos, pegar só os últimos oito anos, já assassinaram mais de 200 pessoas, deu 240 pessoas. Se formos imaginar o que significa, é muito triste falar de assassinato, mas temos que falar, porque precisamos cobrar mais atitude do Governador e daqueles que são responsáveis para fazer Segurança Pública.

Duzentas e quarenta pessoas assassinadas, é bom lembrar da imagem que passou ontem na televisão, num País, que não quero citar o nome, até por respeito, que sofreu problemas de terremoto e que estava lá enterrando suas vítimas, aquela fila de caixões onde as pessoas estavam lá e que morreram por causa dos terremotos.

O terremoto que sofremos do Paraná...

(*término do tempo*)...

Passa a usar o horário do Bloco PPS/PMN

... é a falta de segurança. Foi colocado que o Governo está investindo, está contratando novos policiais, mas também foi colocado nesse debate que a falta de policiais, o número de hoje não corresponde nem de perto o número que tínhamos há 21 anos atrás, e a população aumentou muito, se concentrou ainda mais nas maiores Cidades.

Então, a questão da Segurança Pública foi esse debate que tivemos hoje, e foi difícil os Deputados da Situação defenderem o Governo, porque falamos sobre o Secretário da Segurança Pública é muito difícil ter um contato com o Secretário. Eu mesmo reclamei, é difícil falar com o homem.

Gostaria de reforçar o pedido, o Deputado Mauro Moraes vai fazer novamente esse convite para que o Secretário da Segurança Pública volte à Assembleia Legislativa para conversar com os Deputados. Nós Deputados somos os legítimos representantes da população para cobrar ações festivas para melhorar a Segurança Pública. Ele, Secretário, está lá no cargo nomeado pelo Governador, ele não disputou nenhuma eleição para ser Secretário. O Governador disputou a eleição e escolheu ele como Secretário. Nosso papel é cobrar dele melhorias na Segurança Pública, lá em Barbosa Ferraz, em Peabiru, em Araruna, em Campo Mourão, aqui em Curitiba, lá em Colombo, lá em Araucária, enfim no Paraná, que apresenta índices negativos, ou seja, se você comparar aqui com os três Estados do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, dos três nós ficamos em 3º lugar. Estamos perdendo. E não podemos admitir isso. Temos que estar sempre cobrando para que a Segurança Pública melhore no Paraná. Estamos falando de pessoas que estão perdendo a vida, famílias que estão sendo desmanchadas através da falta de Segurança Pública.

Trouxeram algumas informações que o problema é a droga, o consumo e o tráfico de drogas, que precisa melhorar o policiamento lá na fronteira. Aprovamos aqui também a criação de um Batalhão de Polícia Militar, pelo menos um número maior de policiais para a região da fronteira, lá em Guaíra. Aprovamos também para Umuarama. E estamos cobrando mais policiais para Campo Mourão e região, que atende inclusive Cianorte. Embora em Cianorte, segundo o Deputado Jonas Guimarães, as coisas não estão tão graves na questão da Segurança, como está em Campo Mourão e Peabiru, Araruna, que é ali pertinho. Mas temos que mostrar que a realidade não é aquela que nós sonhávamos, ou que a população sonhava quando elegeu o Governador.

Eu fui mais uma vez informado pelos Deputados que, na época do Jaime Lerner, era pior ainda. Mas eu não tenho nada a ver com o Governador Jaime Lerner. O que eu tenho é com a população do Paraná. E quero cobrar mais uma vez deste Governo que está aí, que ajude a melhorar a Segurança Pública do Paraná. Nós Deputados somos cobrados pela população pela falta de segurança. Os Vereadores que representam os habitantes na Câmara de Vereadores são cobrados pela população para melhorar a Segurança do Município. E a Segurança é responsabilidade do Governo Estadual, Está na Constituição.

Nós somos um Poder Estadual, o Poder Legislativo Estadual, os Deputados, e temos que cumprir a Constituição e cobrar melhorias. Já aprovamos mais de R\$ 1 bilhão e meio para a Segurança pública e ainda não está solucionado. Precisa contratar novos policiais? Precisa? Precisa. Policial Civil, por exemplo na nossa região, se pegar só o Município de Campo Mourão, é uma deficiência de 300%. Tinha lá 14, 15, há 10 anos atrás e hoje tem cinco. Estou arredondando os números só para dar uma referência. Se pegar lá de Barbosa Ferraz, é um delegado que tem que atender duas ou três Comarcas. Aí já está chegando numa situação de colocar o preso de bom comportamento para ajudar até a polícia.

Sinceramente, vamos falar a verdade: estamos numa situação muito difícil. E precisamos, Deputado Anibelli, que o Secretário da Segurança venha aqui conversar com os Deputados. Mas não é fazer uma reunião escondida, uma reunião fechada, onde os Deputados têm um minuto para falar. E aí não se consegue nem falar com o Secretário. Por isso que reclamo que é mais fácil falar com o Papa do que falar com o Secretário. Acho que se o papa viesse à Assembleia Legislativa, ele pediria para encher de gente aqui e poderia até chegar perto do Papa. Já com o Secretário da Segurança os Deputados têm que falar numa sala fechada.

Queremos que o Secretário da Segurança Pública venha de forma transparente aqui, conversar com os Deputados, para que cada um dos Deputados, como vi quatro, hoje, Deputado Douglas Fabrício, que é do PPS, faz oposição aqui ao Governo; Deputados Mauro Moraes, Edson Strapasson e Jonas Guimarães, que são do PMDB, do Governo, todos têm reclamações com relação à questão de Segurança e significa dizer que a Segurança não está bem, e se não está bem precisa trazer o Secretário aqui.

Quero deixar o pedido a todos os Deputados, não vou representar requerimento, porque sei que o Deputado Mauro Moraes parece que tem um requerimento. Mas se dentro do prazo de uma semana não tiver esse requerimento aqui aprovado, ou o Deputado Mauro Moraes não apresentou, vou apresentar o requerimento convidando o Secretário da Segurança Pública para vir aqui conversar com os Deputados. Não é ninguém atacar ninguém não, é conversar, porque precisamos pedir para o Secretário se ele precisa de ajuda dos Deputados, se está com algum problema, o que é que está acontecendo, porque a população não aguenta a falta de segurança. A minha região em especial não aguenta mais a falta de investimento.

Um Governo investiu mais do que o outro? Pode ser que tenha investido, mas na época eu não era Deputado. E não era Deputado do Jaime Lerner. Aliás, tinha outro Deputado que defendia o Jaime Lerner na minha região, e defendia como se fosse um Deus, e hoje defende o Requião. Não está certo! Tem que ser coerente! Na época votou aqui para criar pedágio, votou aqui para vender a COPEL, Deputado agora que é Prefeito da minha Cidade, Campo Mourão, e que infelizmente Campo Mourão é a Cidade que está com uma falta de Segurança muito grande no Paraná. Se você pegar os índices de Apucarana, que é uma Cidade do mesmo porte e Campo Mourão, nós perdemos muito em termos de números. Já falei aqui dos assassinatos, esse ano foram mais de 10 assassinatos em Campo Mourão.

A sociedade reivindica, cobra, mas não vejo melhorias. Quero que o Secretário venha aqui para discutirmos as melhorias, para sabermos o que é que ele pensa em fazer em Campo Mourão, o que pensa fazer em Araucária, em Ponta Grossa, enfim, porque eu mesmo já fui umas quatro vezes à Secretaria da Segurança, falei uma vez só com o Secretário, depois não consegui mais falar com ele. Vi que os outros Deputados também estão tendo essa dificuldade.

Precisamos tomar providências, falo em nome do povo de Campo Mourão, Peabiru, Araruna, Barbosa e também de Arapongas.

No Paraná não estamos bem, Rio Grande do Sul, Santa Catarina estão melhores neste item Segurança Pública. Quero falar bem do Governo aqui nesse item Segurança Pública.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Encerrados o Pequeno e o Grande Expedientes. Passamos ao Horário das Lideranças.

Bloco PTB/PR, PT, PSDB, PDT, PMDB, Liderança do Governo.

Liderança da Oposição, passo a palavra ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança da Oposição: Deputado Plauto Miró (DEM)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Uso o horário da Liderança da Oposição aqui para deixar registrado o que aconteceu ontem na Cidade de Tibagi, onde uma homenagem na Câmara de Vereadores daquele Município proporcionou o título de Cidadão Honorário ao Ministério da República, Paulo Bernardo.

Sempre gosto de citar que poucos foram os privilegiados neste Estado do Paraná que ocuparam uma cadeira de Ministro da República. Vou citar rapidamente alguns nomes que me vêm à cabeça, como do ex-Governador, Ministro Ney Braga; Carlos Rischbieter, que ocupou um importante cargo em Governos passados; o Reinhold Stephanes, que foi Ministro da Previdência, hoje no atual Governo é Ministro da Agricultura; o José Eduardo de Andrade Vieira, que foi Ministro da República; todos eles representando nosso Estado do Paraná. Como hoje o Deputado Federal, no passado Senador e também Ministro da República, Affonso Camargo; e hoje o Paulo Bernardo, um dos Ministros que representa nosso Estado do Paraná no Ministério do atual Presidente da República, e tem ocupado bem a pasta que a ele foi designada, uma pasta importante, e vem ajudando nosso Estado do Paraná.

No dia de ontem, em Tibagi, ele recebeu o título de Cidadão Honorário, por ter viabilizado a pavimentação asfáltica da Rodovia Transbrasiliana. Lá na pasta que ele ocupa, ele viabilizou os recursos necessários para que aquela obra se tornasse realidade. Uma obra que foi iniciada no Governo Fernando Henrique Cardoso e que no final do Governo faltou recurso. E por falta de recursos, a obra parou.

O Ministro Paulo Bernardo assumiu sua posição, juntos, lideranças de toda a região e lá eu estive, também, pedimos a ele para que priorizasse essa obra. E olha, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a obra que o Governo anterior havia licitado e tinha parado já está concluída, que é a pavimentação entre Ventania e Tibagi e de Tibagi a Alto do Amparo. Cento e cinquenta milhões de reais foram destinados para que essa obra pudesse ser pavimentada.

E ontem, no seu discurso, no momento em que ele recebia o título da Câmara de Vereadores de Tibagi, onde o Presidente Aristeu Ribas lá estava coordenando os trabalhos, ele anunciou a pavimentação asfáltica, agora, do Alto do Amparo ao Município de Ipiranga e também chegando ao Município de Imbituva.

Então, é uma obra esperada. O único trecho da Transbrasiliana que liga o Oiapoque ao Chuí, e que faltava ser pavimentada, ele fez com que sua caneta, como Ministro, pudesse tornar realidade essa importante obra. E é por isso que ontem ele foi homenageado na Cidade de Tibagi, pela Câmara Municipal, pelo Prefeito e por todas as lideranças que lá estavam.

Estavam presentes o Deputado Enio Verri, hoje Secretário do Planejamento; o Prefeito Sinval, o Vereador Presidente da Câmara de Vereadores, Aristeu Ribas; Vereadores, Prefeitos, ex-Vereadores de toda a região dos Campos Gerais, que foram lá prestigiar o Ministro que tem defendido o Estado do Paraná.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Somente para cumprimentar V. Exa., no que se refere a este seu pronunciamento e cumprimentar o Ministro Paulo Bernardo, por anunciar a sequência desse asfalto tão esperado. Sei também que V. Exa. tem lutado por essas obras dos Campos Gerais e mais propriamente na região de Tibagi. E esta ligação com Ipiranga é de fundamental importância. Cada vez mais o progresso para aquela região do Alto do Amparo, São Bento, Tibagi, Ipiranga e também Imbituva.

Então, mais uma vez enaltecer o Ministro Paulo Bernardo, que mais uma vez, de forma maravilhosa, fez este anúncio. E cumprimentar a toda a comunidade pela obra importantíssima que virá, que é esta segunda etapa.

Parabéns a V. Exa. e, ao mesmo tempo, me somo ao seu pronunciamento, porque acho que é uma notícia muito boa para toda a região dos Campos Gerais.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Agradeço suas palavras. O senhor, como um representante do Município de Tibagi e da região dos Campos Gerais sabe a importância que esta obra tem para todos os moradores daquela região.

E quando falo em Alto Amparo, Porteira Grande, ontem mesmo, o Vice-Prefeito de Tibagi, o Sílvio Bitencourt, que utiliza este trecho para deslocar-se até a Cidade, a sede do Município, dizia que no passado era tão difícil e hoje ficou tão próximo e fácil ir até a sede do Município que é a Cidade de Tibagi.

Quero agradecer ao Presidente Antonio Anibelli por ter nos designado a participar daquela solenidade, em nome da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Sr. Presidente Antonio Anibelli, primeiro quero dar os parabéns a V. Exa., que além de um grande defensor também do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa. E há uma choradeira natural de todas as servidoras e servidores desta Assembleia Legislativa, primeiro com a data-base deles, segundo com a URV, que eles têm direito e já ganharam inclusive na Justiça. É evidente que V. Exa. está como temporário no comando da Casa, mas aproveito um gancho, porque sei que da parte de V. Exa. haverá essa solidariedade. Acho que passou da hora de darmos a todos os servidores e servidoras da Assembleia Legislativa o primeiro reajuste a que eles têm direito, porque já venceu a data-base, e segundo essa decisão que a Justiça já tomou em favor dos servidores da Casa. Quer dizer, não é favor nenhum o pagamento, será apenas o cumprimento de uma humanitária decisão que a Justiça tomou em favor dos nossos servidores da Assembleia e eles merecem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

A Assembleia terá o mesmo aumento que o Governador deve mandar para o Quadro Geral dos funcionários. Quanto à URV, cabe ao Presidente resolver com a Comissão Executiva. Apenas estou substituindo, temporariamente, e se tomar qualquer decisão, eles não me deixam mais assumir.

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Presidente, só queria fazer o registro do falecimento do Sr. Mário Mendes, ex-Vereador de Tibagi, que trabalhava conosco como assessor, um grande amigo, uma pessoa de muita lealdade, que faleceu devido a um AVC, no dia de hoje. Fazer esse registro, porque era uma pessoa importantíssima, que acompanhava dia e noite, atendendo e trabalhando em benefício do nosso povo. Então, fica o registro de uma pessoa de muito trabalho, muita lealdade, muito companherismo, e acima de tudo, um homem muito trabalhador. Fica esse registro nos Anais desta Casa, do seu passamento no dia de hoje em Ponta Grossa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Será devidamente registrado e esta presidência se solidariza com a vossa lembrança pelo falecimento.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 016/09, subscrita pelo Exmo. Governador do Estado em exercício, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2010. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 385/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a ampliação da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicações nºs 386 a 391/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, uma Biblioteca Cidadã para os respectivos Municípios: Cambará, Campina Grande do Sul, Campo do Tenente. Adrianópolis, Abatiá e Andirá. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 392/09, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, o aumento do efetivo da Polícia Militar no Município de Antonina. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 393/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo à Secretaria de Estado dos Transportes a execução de melhorias no trecho compreendido entre Campo Mourão e o complexo industrial da Frangobrás, passando pela Santa Casa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 394/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, propondo ao Exmo. Governador do Estado a instalação da Brigada de Incêndio no Aeroporto Santana, no Município de Ponta Grossa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Antonio Belinati, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1633, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente, requerendo justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 15 do mês corrente, do Deputado Ney Leprevost, por motivo de viagem na condição de Presidente da Comissão de Saúde. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento n° 1622, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, requerendo antecipação da Sessão Ordinária do dia 16 de abril (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão Ordinária e a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 003/09, de autoria da Comissão Executiva, disciplina as normas para, nomeação e exercício de servidores da Assembleia Legislativa em geral, bem como de assessores e secretários parlamentares para atuação dentro do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 003/09

P A R E C E R :

Da Emenda de Plenário

A emenda apresentada em plenário pelo Deputado Elton Welter, tem por escopo acrescentar no artigo 2° do Projeto de Resolução n° 003/09, parágrafo único, com a seguinte redação:

“Art. 2° (...)

Parágrafo Único. Admite-se a nomeação de especialista, devidamente habilitado e/ou de competência técnica específica, para fins de assessoramento nas áreas jurídicas, informática, comunicação, finanças públicas, entre outras, em dedicação parcial, com prestação de serviços a critério do Parlamentar, desde que atendidos os requisitos descritos no artigo 1° desta Resolução.”

Fundamentação

Inicialmente, devemos abordar o cabimento da apresentação da emenda. Com base no inciso I do artigo 141 do Regimento Interno esta Casa, verificamos que as proposições podem ser emendadas em plenário, ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados; (grifo nosso)

A emenda aditiva foi apresentada com a finalidade de aditar o parágrafo único no projeto de resolução em análise, desta forma, atendendo os requisitos dos parágrafos 3° e 5° do artigo 137 do Regimento Interno:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas:

(...)

§ 3° Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.

§ 5° Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

Constatamos que a emenda apresentada em plenário teve apoio de, no mínimo, cinco Parlamentares. Assim, não há óbice regimental à sua apresentação.

Em relação à matéria tratada na emenda aditiva apresentada em plenário, analisa-se que o projeto de resolução trata a matéria de forma genérica abrangendo todas as áreas de atuação, portanto a emenda aditiva torna-se relevante para especificar as áreas de atuação, devendo trazer todos os efeitos no mundo jurídico.

Pois, cada Parlamentar nomeará conforme área profissional que necessitará.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a legalidade apresentada na matéria tratada pela emenda aditiva de plenário em análise, opinamos pela sua constitucionalidade, vez que, trará conflitos no presente projeto de resolução.

Sala das Comissões, em 14/04/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Duílio Genari, Douglas Fabrício, Ademar Traiano, Carlos Simões, Rosane Ferreira, Luiz Claudio Romanelli e Francisco Bühner.

Está em votação o projeto. **Aprovado, por unanimidade.**

Está em votação a emenda. **Aprovada, artigo por artigo, por unanimidade.**

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 004/09, de autoria da Comissão Executiva, que institui e regulamenta a divulgação de informações pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná por meio eletrônico de dados - Rede Internet - denominada portal da transparência pública e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DE PLENÁRIO. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI Nº 004/09

P A R E C E R :

I - Relatório

Indo a Plenário, o Projeto de Resolução nº 004/09 recebeu a seguinte emenda modificativa:

- *Nº 1, de autoria do Deputado Elton Welter, propondo nova redação ao artigo 3º do projeto, contendo as seguintes mudanças:*

Art. 3º O acesso ao Portal Transparência deverá ser efetuado através de atalho (link), representado por imagem gráfica (banner), com identificação visual específica, constante na página do sítio eletrônico (site) da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, na Rede Mundial de Computadores (internet), representado pelo endereço: <http://alep.pr.gov.br>.

É o relatório.

II - Voto do Relator

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor quanto a aprovação da emenda, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa e à legitimidade da iniciativa.

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa nosso parecer é favorável à emenda de modificativa de Plenário.

Sala das Comissões, em 14/04/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Douglas Fabrício, Ademar Traiano, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Carlos Simões e Rosane Ferreira.

Está em votação o projeto. **Aprovado, por unanimidade.**

Está em votação a emenda. **Aprovada, artigo por artigo, por unanimidade.**

Redação Final

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 223/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de utilidade pública o Núcleo Londrinense de Redução de Danos, com sede e foro no Município de Londrina. **Aprovada por unanimidade.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 223/08
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual o Núcleo Londrinense de Redução de Danos - ATO, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15/04/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 489/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que institui a notificação compulsória a ser adotada pelos estabelecimentos de ensino, nos de violência contra a criança e o adolescente no âmbito do Estado do Paraná. **Aprovada, por unanimidade. (Publ. no DA nº 134/08, de 11/11/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 041/09, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, que concede título de Cidadão Benemérito ao Dr. Paulo Roberto Slud Brofman. **Aprovada, por unanimidade. (Publ. no DA nº 010/09, de 18/02/09, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 505/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que dispõe sobre a garantia do diagnóstico precoce do câncer de mama e do serviço radiológico do tipo mamográfico nas Cidades-Polo. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de nº 01, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 505/08

Art. 1º Fica alterada a redação do artigo 2º, inciso I e *caput* do artigo 4º do Projeto de Lei nº 505/08, para que conste a seguinte forma:

“Art. 2º...

I - Exame mamográfico a todas as mulheres com idade maior ou igual a 35 (trinta e cinco) anos de idade, na periodicidade encomendada pelo Ministério da Saúde e demais especialidades médicas afins;

...

Art. 4º Torna-se obrigatório a implantação do serviço radiológico do tipo mamográfico gratuito nas Cidades-Polo, ou a utilização de qualquer método mamográfico reconhecido pelo Ministério da Saúde.”

Art. 2º Os demais artigos permanecem inalterados.
Sala das sessões, em 15/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

Apoiamento:

Duílio Genari, Ademir Bier, Antonio Belinati, Dr. Batista e Cida Borghetti.

JUSTIFICATIVA:

Tal alteração se faz importante para a adequação de termos técnicos e para assegurar a variedade de métodos preventivos, facilitando o diagnóstico precoce do câncer de mama.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 001/09. Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação de imóvel ao Município de Cruzeiro do Oeste. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, por unanimidade, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 059/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 006/09, que objetiva o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso de imóvel no Município de Irati, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, por unanimidade, artigo por artigo.**

Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Sr. Presidente, só queria registrar que todos os projetos da pauta foram votados por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta Presidência manda registrar na ata.

A Deputada Cida Borghetti pede que seja registrada a presença do Prefeito de Itambé, Zampar, e dos Vereadores, Ginaldo Mioti e Sisso Amanço. Com satisfação registramos a presença de V. Exas, em nossas galerias. Sejam bem-vindos.

Requerimentos

Sobre a mesa, Requerimento nº 1615, de autoria do Deputado Ademar Traiano, com apoio dos Deputados Duílio Genari, Augustinho Zucchi, Luiz Accorsi, Stephanes Júnior e Douglas Fabrício, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1636, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1618 e 1619, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1623, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1638, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1624, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. **(A matéria acha-se publicada no final desta ata).**

Requerimento nº 1635, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1640, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1641, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra antecipada do dia 16 de abril, quinta-feira, para logo após o término da presente, conforme requerimento aprovado de autoria do Deputado Dr. Batista, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 002 e 059/09.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 003 e 004/09.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 538/08.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NEY LEPREVOST, EM SESSÃO DO DIA 15 DE ABRIL DE 2009.

JESUS, JUIZ E JUSTIÇA

Dr. Cândido Furtado Maia Neto.
Jornal "O Estado do Paraná".

A importância das três palavras com letra "J" e todas maiúsculas

O Poder Judiciário por seus Juízes, decide fazer JUSTIÇA

O Ministério Público fiscal da lei, procura promover JUSTIÇA

O advogado por seu grau representa a ordem em busca de JUSTIÇA

Todos trabalhando e almejando a pura e verdadeira JUSTIÇA

Com ética, responsabilidade e consciência sempre a JUSTIÇA

JESUS na unção do Espírito da Verdade deseja JUSTIÇA

JESUS é Jubiloso, Judicante, Judicioso, e infinitamente Justo

É Juris et de jure (de direito por direito à verdade)

É Juris tantum (o que prevalece até prova em contrário)

"NÃO HÁ JUSTIÇA SEM DEUS", asseverou Rui Barbosa

Não há JUSTIÇA sem amor no coração

Na alma, no espírito e na ação

Deus misericordiosíssimo julga, absolve e perdoa

Deus Pai quer o melhor aos seus filhos, por isso é tolerante

Amor é o primeiro e maior mandamento da JUSTIÇA

Amar DEUS e nossos irmãos é a mais justa sentença

Quem somos para julgar nossos semelhantes?

Quem somos para invocar, sem o devido critério e razão o nome JUSTIÇA?

Somos jurisconsultos, juristas, justiceiros ou Judas?

A JUSTIÇA não discrimina

A JUSTIÇA não é vingativa

Negar JUSTIÇA significa injustiça

Igual a *Justizmord* (condenar um inocente à morte)

Na dúvida não há castigo, repressão e nem prisão

JESUS, nosso irmão, foi vítima e injustiçado

Que crime e que pecado! Todo crime é pecado

JUSTIÇA é certeza, não se presume

Realiza-se e acredita-se como FÉ

Fraternidade, irmandade, caridade e compaixão

Dádiva e alegria dos homens de boa vontade

Esperança jusante e com justeza

Com exatidão vão as águas benditas do Iguaçu

Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo

Ao Deus que estais nos Céus da Tríplice Fronteira

Oramos sua proteção

Ajudai-nos: anjos, guias, mentores e espíritos de luz

Dai-nos força e coragem

Aqui na maravilhosa Terra das Cataratas

Promover JUSTIÇA é a nossa missão

Cândido Furtado Maia Neto é promotor
de Justiça em Foz do Iguaçu.

Semana Santa - Páscoa de 2009.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 036

33ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	40
Presenças	40
Abertura da Sessão	40
Expediente:	

Indicação	41
-----------------	----

Ordem do Dia:

Discussão/Votação

Leitura do Expediente	41
-----------------------------	----

Redação Final	41
---------------------	----

2ª Discussão	41
--------------------	----

1ª Discussão	42
--------------------	----

Encerramento da Sessão	43
-------------------------------------	-----------

DIÁRIO Nº 036

33ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 33ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2009

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Antonio Anibelli, secretariado pelos Srs. Deputados Jonas Guimarães e Fernando Scanavaca.

Presenças:

Às dezesseis horas e vinte minutos, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (39).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Ademir Bier, Caíto Quintana, Carlos Simões,

Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Elio Rusch, Fábio Camargo, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes e Stephanes Júnior (11).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Nelson Justus, Luiz Fernandes Litro, Ney Leprevost e Osmar Bertoldi (04)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Deputado Douglas Fabrício, pedindo escusas a V. Exa. por não ter lhe dado a palavra na Sessão anterior porque eu já tinha anunciado que a Sessão tinha encerrado. V. Exa. tem a palavra antes da leitura da ata.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (Pela Ordem)

Quero registrar aqui, que hoje o Deputado Elio Rusch também não está presente, está cuidando da sua saúde. Então, essa semana ele não pôde vir porque estava realmente com problema de saúde, já está melhorando. Esperamos contar com ele já na semana que vem, ele que é o nosso líder aqui da oposição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Desejamos um pronto restabelecimento, tivemos um contato telefônico com ele, bem como o Deputado Litro que encontra-se operado em virtude de uma queda no banheiro, teve que operar a clavícula. Está devidamente licenciado por 30 dias.

E a pedido do Deputado Jonas Guimarães registramos a presença do Prefeito Neto, nosso grande companheiro, do Município de Cambará. Seja bem-vindo. E o registro do Deputado Carli, Vereador de Nova Laranjeira, José Luis Vitman, acompanhado do Sr. Sadi Rubi Ribas, suplente de Vereador de Curitiba pelo PSB, e Altamiro Schaeffer, empresário dessa Capital.

O SR. 2º SECRETÁRIO (**Fernando Scanavaca**)

Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Jonas Guimarães**)

Procede à leitura do seguinte expediente:

Indicação

INDICAÇÃO Nº 395/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião e à Secretária de Estado da Cultura do Paraná - SEEC, atenção especial à implantação de uma unidade da Biblioteca Cidadã no Município de Mercedes.

Em atendimento ao parágrafo 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos INDICAR ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná e à Secretária de Estado da Cultura especial atenção no sentido de viabilizar a instalação de uma unidade da Biblioteca Cidadã no Município de Mercedes.

O Município de Mercedes, situado na região oeste do Paraná, apesar de seu constante desenvolvimento, ainda não conta com uma biblioteca pública adequada para uso de sua comunidade, sendo que a única biblioteca funciona nas dependências do Colégio Estadual Leonilda Pappen. A implantação de uma unidade da Biblioteca Cidadã torna-se elemento fundamental na consolidação das políticas públicas desenvolvidas pelo Governo do Paraná com vistas à melhoria da qualidade de vida do povo paranaense e na construção de uma educação de qualidade em todo o Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 15/04/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 395/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e à Secretária de Estado da Cultura, a implantação de uma unidade da Biblioteca Cidadã no Município de Mercedes. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 002/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 001/09, que fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação de imóvel ao Município de Cruzeiro do Oeste. **Aprovada. (Publ. no DA nº 001/09, de 03/02/09, em Mensagens)**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 059/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 006/09, objetiva o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel no Município de Irati, conforme especifica. **Aprovada. (Publ. no DA nº 012/09, de 03/03/09, em Mensagens)**

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 003/09, de autoria da Comissão Executiva, que disciplina as normas para, nomeação e exercício de servidores da Assembleia Legislativa em geral, bem como de assessores e secretários parlamentares para atuação dentro do Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DE PLÊNÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DE PLÊNÁRIO APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.**

Em discussão. Em votação.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT) (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar meu voto contrário a emenda do item 03 e do item 04 e ao mesmo tempo o voto contrário também da Deputada Rosane Ferreira.

Muito obrigada.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Também quero registrar o meu voto contrário à emenda do item 03 e do item 04.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Item 03 - neste turno apreciaremos apenas a emenda. Em votação. **Aprovada**, com voto contrário das Deputadas Luciana Rafagnin e Rosane Ferreira e do Deputado Tadeu Veneri.

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 004/09, de autoria da Comissão Executiva, que institui e regula a divulgação de informações pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná por meio eletrônico de dados - rede internet - denominada "Portal da Transparência Pública" e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DE PLENÁRIO APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Em votação a emenda. **Aprovada**, com voto contrário das Deputadas Luciana Rafagnin e Rosane Ferreira e do Deputado Tadeu Veneri.

1ª Discussão**ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 538/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que organiza e constitui a proteção ao patrimônio cultural imaterial do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 147/08, de 09/12/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 538/08

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que organiza e constitui a proteção ao patrimônio cultural imaterial do Paraná e dá outras providências

Fundamentação

O projeto de lei em análise encontra respaldo na Constituição Federal, que em seu artigo 23, I, III e IV estabelece:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural; (Grifos nossos).

Dentre os bens que visam ser protegidos pela Constituição encontram-se não apenas os de natureza material, mas igualmente, os de natureza imaterial objeto do projeto de lei em análise.

O patrimônio cultural é integrado, nos termos do artigo 216, da Constituição da República, pelos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Veja-se:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (Grifo nosso)

Observa-se, portanto, a legitimidade do projeto de lei em análise, uma vez que busca criar um mecanismo hábil para proteger o patrimônio cultural imaterial do Paraná.

Destaca-se, apenas, o disposto nos artigos 8º do projeto de lei, que dá atribuição para Secretaria de Estado, infringindo o disposto no artigo 66 da Constituição Estadual:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

O artigo 8 do projeto em análise estabelece atribuição à Secretária de Estado da Cultura. Assim, qualquer iniciativa legislativa que tenha por objeto dar atribuição às secretarias de Estado deverá partir unicamente de ato do Governador do Estado, tendo em vista a prerrogativa exclusiva deste.

Igualmente, o artigo 9º do projeto, ao criar atribuição ao Poder Executivo, viola o princípio da Separação de Poderes. Por se tratar de princípio basilar da ordem constitucional, a separação dos poderes tem por objetivo servir de freio de um poder ao outro, evitando-se dessa forma os arbítrios que poderiam ser praticados se houvesse ingerência de um poder sobre o outro.

Observa-se, portanto, que o projeto em análise encontra respaldo constitucional, pecando apenas pela invasão em áreas de competência do Poder Executivo, razão pela qual são apresentadas emendas ao projeto de lei em análise.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apresentadas pelo projeto de lei em análise, opinamos pela sua aprovação, na forma das emendas apresentadas.

Sala das Comissões, em 10/02/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

